

DocuSign Envelope ID: 4AA95E03-2EA9-4CA0-82F1-7D303A3548BE

06/06/2023



UN Development Programme

Brazil - Brasilia

Award: 00112508/113309/113310/113311

Project Title: BRA/18/019 - Sistema Prisional e Sociopedagógico CNJ

Start Year: 2018

End Year: 2024

Implementing Partner: UNDP

Responsible Parties: UN Office for Drug and Crime
UNDP
UNODC REGIONAL OFFICE FOR SOUTH AMERICA

Revision Type: Substantive Revision nº 4 (Quantum Revision version 3)

Budget (US\$) as of Last Revision on 29-May-2023

Donor	Fund	Amount
BRA-CNJ	30071 Programme cost sharing - GOV1	16,447,329.94
Total Budget (2023and beyond)		16,447,329.94
Total Utilization (2022 and Prior)		30,535,573.41
Project Total		46,982,903.35
Unprogrammed/Unfunded		-3,102,963.18

Project Description:

A presente Revisão Substantiva nº 4 tem por objetivos:

- Ampliar a vigência do projeto em 16 meses (até 30 de novembro de 2024), de maneira a possibilitar o pleno alcance dos resultados previstos no projeto;
- Ajustar as metas previstas na Matriz Lógica e o cronograma de execução, em linha com a ampliação do prazo;
- Redistribuir o orçamento disponível no projeto, em linha com o novo prazo e valor proposto.
- O montante apresentado em *Unprogrammed* representa a janela orçamentária disponível para novos repasses financeiros.

Agreed by: Johanness Eck – Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça

Agreed by: Embaixador Ruy Pereira – Diretor da Agência Brasileira de Cooperação ABC/MRE

Agreed by: Carlos Arboleda - Deputy Resident Representative - UNDP

Agreed by: Date:
16-Jun-2023

DocuSigned by:

Carlos Arboleda

B21737297C3441F...

DocuSigned by:

Ruy Pereira

Ruy Pereira
Diretor
Agência Brasileira de Cooperação - ABC

13/06/2023

DS
MMB

DS
MF



Revisão Substantiva IV

Título do Projeto: Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo

Número do Projeto: BRA/18/019

Agência Executora: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Parceiro Nacional: Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Data Início: nov/18 **Data Término (original):** jul/23

Nova data de término: Nov/24

Seção 1. Apresentação dos avanços do projeto

1.1 Breve histórico do projeto

O projeto, fruto da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), foi assinado em novembro de 2018 e tem por objeto o desenvolvimento de estratégias para promover a redução da Superlotação e Superpopulação Carcerária no Brasil, com enfoque nas políticas de alternativas penais e de monitoração eletrônica de pessoas, bem como desenvolver ações de atenção ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) a fim de garantir direitos de adolescentes em cumprimento e pós cumprimento de medidas socioeducativas. No escopo do Projeto também estão previstas ações relacionadas com a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, assim como para a qualificação da gestão da informação, com a implementação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

Durante a primeira etapa de implementação do projeto, iniciada em janeiro de 2019, o projeto desenvolveu conteúdos e metodologias, assim como implantou ações piloto e capacitações. Foi realizada ainda assessoria técnica de suporte ao desenvolvimento de propostas normativas para subsidiar a atuação do CNJ nos temas relacionados ao projeto, conforme registrado nos últimos relatórios de progresso. Também foram desenvolvidos parcerias e estudos, a partir de evidências, com a formulação de propostas de soluções para desafios no campo das políticas penais e socioeducativas.

Sob a gestão do ministro Fux, a partir de setembro de 2020, houve um esforço de implementação do planejamento do projeto, readequado ao contexto, incluindo ações específicas de combate à propagação do Coronavírus, incluindo adaptação



de ações previstas para o formato virtual. Apesar dos esforços da equipe técnica na adequação das estratégias de implementação do projeto, alguns desafios foram enfrentados durante a implementação do segundo ciclo, especialmente no que se refere a processos de territorialização das atividades do programa, bem como ações de mobilização e articulação, que foram adaptadas ao formato online¹.

Ao todo, são 29 projetos desenvolvidos de forma simultânea com foco em resultados concretos e sustentabilidade de médio e longo prazo. Nesta terceira etapa, iniciada em setembro de 2022 (2022/2023), busca-se a consolidação de entregas e transferência de conhecimento trabalhando de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial, o Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

A nova fase buscará acelerar as transformações necessárias no campo da privação de liberdade, repassando conhecimentos e potencializando resultados. Serão reforçadas as diretrizes da nova gestão proteção dos direitos humanos, dignidade no cumprimento de medidas de responsabilização com efetividade do funcionamento da Justiça e promoção da cidadania dentro e fora das prisões. O programa segue com dezenas de apoiadores, incluindo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

1.2 Principais avanços obtidos

Mesmo durante a pandemia de Covid-19, o projeto vem realizando entregas estruturantes a partir da colaboração e do diálogo entre diferentes atores em todo o país. As ações propostas para as diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, são adaptadas à realidade de cada unidade da federação com o protagonismo dos atores locais.

No escopo das atividades previstas no **Produto 1 “Estratégia para a redução da superlotação e superpopulação carcerária no Brasil desenvolvida e implantada”**, encontra-se em implementação o Acordo de Contribuição entre o PNUD e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) com vistas a fortalecer a Audiência de Custódia como mecanismo capaz de racionalizar a porta de entrada do Sistema Prisional nas 27 Unidades Federativas (UFs), com responsabilização, prevenção ao crime e proteção social, de acordo com a Resolução 213/2015 do CNJ.

¹ Relatório com os resultados do segundo ciclo do Programa, pode ser baixado no Portal do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/cnj-publica-resultados-do-segundo-ciclo-do-programa-fazendo-justica/>



Desde 2019, a qualificação e expansão das audiências de custódia de forma alinhada a políticas de alternativas penais e de monitoração eletrônica é um dos temas no escopo da parceria do CNJ com o PNUD (Projeto BRA/18/019). As ações sobre audiências de custódia são executadas em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Entre as ações desenvolvidas, estão a melhoria de rotinas e fluxos locais com o apoio de assessoria técnica de especialista aos estados, a elaboração de produtos de conhecimento técnicos, fomento a redes de juízes para altos estudos, assim como eventos, formações capacitações e divulgação internacional da experiência brasileira.

Em fevereiro de 2021, celebrou-se seis anos de audiência de custódia no país. Considerando os avanços realizados desde a implementação desse importante passo civilizatório para a justiça criminal brasileira, foram lançados dois produtos comemorativos no escopo do programa— uma publicação que conta a história e o panorama nacional e desafios das audiências de custódia no país, assim como seis vídeos institucionais.²

Durante o último ciclo, o projeto realizou uma série de encontros virtuais voltados à magistratura e às equipes técnicas que atuam com custódia, fomentando a Rede de Altos Estudos em Audiência de Custódia. Os encontros tiveram foco na disseminação dos manuais lançados no ano de 2020 e que ganharam sumários executivos com versões traduzidas para o inglês e para o espanhol, para além do lançamento de novos guias, como o Manual sobre algemas e outros instrumentos de contenção nas Audiências e o Manual de prevenção e combate à tortura, entre outros.

Trata-se de metodologias e de parâmetros com o enfoque na garantia dos Direitos Humanos à pessoa custodiada, incluindo a qualificação dos serviços e dos espaços de atendimento, por meio do estímulo ao trabalho em rede e de enfoque restaurativo, articulando o acesso a serviços voltados ao cuidado, cidadania e inclusão social.

Todos os manuais elaborados e lançados podem ser consultados a página do CNJ referente às ações voltadas às Audiências de Custódia no Programa: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/audiencia-de-custodia/publicacoes/>

² A playlist com os vídeos comemorativos podem ser conferidos no link: https://youtube.com/playlist?list=PLJfgviu9EmVLJ9_WfsPCcpL2315c54w-M



Ainda no escopo das ações voltadas à **proporcionalidade penal (produto 1)**, cabe ressaltar os avanços obtidos a partir da aplicação de soluções que garantam responsabilização proporcional sem ter a prisão como última instância (alternativas penais, monitoração eletrônica, justiça restaurativa e central de regulação de vagas).

No campo das alternativas penais, o programa trabalha a articulação dos atores centrais da política nas três esferas de governo para a implantação de serviços de acompanhamento às medidas diversas do encarceramento, incluindo no campo da monitoração eletrônica. As medidas são orientadas para a restauração das relações e a promoção de cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade, mesmo escopo de atuação do projeto Rede Justiça Restaurativa.

Com a Central de Regulação de Vagas, objetiva-se a racionalização da ocupação das vagas prisionais com ações protagonizadas pelo Poder Judiciário com atores em rede.

O segundo ciclo do projeto contou com diversos avanços nessas temáticas, incluindo o lançamento de manuais e a implantação de 2 Centrais Integradas de Alternativas Penais (CIAPs) – com articulação para a implantação de mais 7 unidades nas UFs. No entanto, políticas locais de alternativas penais e de monitoração eletrônica demandam maior uniformidade aos padrões nacionais, assim como recursos para estruturação, capacitações e diálogo entre atores responsáveis. A justiça restaurativa precisa ser ampliada a mais tribunais, seguindo diretrizes expedidas pelo CNJ.

Nesse sentido, o próximo ciclo ainda deverá contar com a consolidação dos resultados em maior articulação com o judiciário e as demais instâncias do poder executivo.

No que tange as ações previstas no **Produto 2 “Estratégia para promoção de cidadania, garantia de direitos e controle do quantitativo de adolescentes em privação de liberdade desenvolvida e implantada”**, o projeto atuou para fortalecer a incidência de atores em todo o ciclo socioeducativo, especialmente por meio do Sinase. Ademais, apoiou o CNJ com a produção de insumos técnicos para o aperfeiçoamento de normas e na emissão de orientações técnicas, além de fomentar boas práticas como núcleos de atendimento integrado, centrais de vagas e audiências concentradas. Na porta de saída, atua com o desenvolvimento de metodologias e ações piloto voltadas a fortalecer políticas de cidadania para os adolescentes que passaram por medidas socioeducativas, por meio do fomento das práticas de leitura e da ampliação de ofertas de aprendizado e qualificação profissional. Adicionalmente, a parceria fomentou ações que visam garantir maior agilidade na avaliação e no acompanhamento das situações pessoais, processuais e procedimentais dos adolescentes, incrementando o acompanhamento da medida



pelo setor de justiça e assegurando a qualificação da progressão ou extinção da medida.

Ainda neste produto, foram realizadas ações de incidência da temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil (Políticas Socioeducativas)

De acordo com a pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP (2011), o perfil das pessoas presas por tráfico de drogas é composto por jovens (75,6% dos presos se encontravam na faixa etária entre 18 e 29 anos), com até o primeiro grau completo (80%), que exerciam atividades de trabalho precário e informal (62,17%) e que dependiam dos serviços da Defensoria Pública para a sua defesa (84%) (JESUS et al., 2011). Esse dado corrobora com dados de outras pesquisas sobre o perfil de pessoas presas por acusação de tráfico de drogas³.

No caso específico do Brasil, embora o Decreto nº 6.481/2008, tenha regulamentado a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, que endossa essa visão, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a atividade como ato infracional (crime) e passível de aplicação de medida socioeducativa, incluindo a internação, sem dar direito a qualquer medida protetiva, garantida nos casos de trabalho infantil.

Diante desse prospecto, e buscando avançar no debate junto ao poder judiciário foi elaborado, no escopo do projeto, o Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O produto de conhecimento é um marco nacional e tem um importante papel de promover a discussão e sensibilização dos magistrados e demais agentes públicos do poder judiciário para com a temática, além de fornecer a oportunidade, em muitos casos, pela primeira vez, de ter acesso condensado não só as normativas internacionais, mas também às experiências existentes em outros países sobre como tratam essa relação entre o tráfico de drogas e o trabalho infantil em seus ordenamentos jurídicos. O manual também discute as possibilidades de encaminhamentos e os resultados possíveis diante dessa importante mudança no sistema de justiça brasileiro.

O supracitado material pode ser acessado em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/12/manual-incidencia-tematica-trafico-de-drogas-como-uma-das-piores-formas-de-trabalho-infantil.pdf>

³ Fontes: Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil (p.59)



É válido mencionar ainda que a iniciativa contribui para a meta estabelecida no âmbito do OSD 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, no que diz respeito a busca por acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças.

Adicionalmente, ainda no âmbito do produto 2, o projeto colaborou com o desenvolvimento de metodologia voltada à implantação de audiências Concentradas (Políticas Socioeducativas).

As audiências concentradas são medidas de reavaliação da situação jurídica e psicossocial de cada adolescente acolhido institucionalmente no âmbito do sistema socioeducativo brasileiro. Prevista em Lei, elas cumprem o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçando a prioridade na garantia de direitos de adolescentes e reconhecendo o peculiar estágio de desenvolvimento desta população e suas necessidades específicas, regulamentando direitos e procedimentos específicos tanto referentes à apuração de atos infracionais quanto à execução de medidas socioeducativas.

A necessidade de adequação da legislação e dos atores do sistema de justiça para atender as necessidades específicas de adolescentes no sistema socioeducativo, como sugerem as audiências concentradas, também são previstas nos principais marcos internacionais, como os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (**Princípios de Riad**), nos quais se estabelece a necessidade de adequação do sistema de justiça às especificidades de adolescentes e se orienta à responsabilização desses por meios alternativos (art. 58). Também, as Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade (**Regras de Havana**) determinam que a privação de liberdade seja tomada como último e excepcional recurso, tendo a duração mais breve possível, cabendo sua determinação à autoridade judicial, sem excluir a possibilidade de uma liberação antecipada.

Apesar do avanço obtido desde a sua legislação nacional, ainda se observa no Brasil a necessidade de melhor difundir tal prática e metodologia, desenvolvendo a expertise nos procedimentos a serem observados na condução das audiências em meio aos magistrados e demais atores do judiciário brasileiro envolvidos.

Diante desse contexto, foi desenvolvida, no escopo do projeto, a metodologia das audiências concentradas no sistema socioeducativo, como estratégia para garantir maior agilidade na avaliação e o acompanhamento das situações pessoais, processuais e procedimentais que envolvem as trajetórias de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil.



Um dos principais produtos lançados no segundo ciclo foi o “Manual sobre Audiências Concentradas para Reavaliação das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação”. O objetivo do documento foi de auxiliar as autoridades judiciais na implementação, preparação, realização e monitoramento das audiências concentradas na reavaliação das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

O documento na íntegra pode ser acessado em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/manual-audiencias-concentradas.pdf>

A criação do manual não só dá continuidade aos mencionados esforços de tornar as audiências concentradas em um instrumento mais eficiente e disseminado pelo Brasil, como também retrata o protagonismo brasileiro no aprimoramento dos processos judiciais. Destaca-se que um dos temas do *World Congress on Justice with Children*⁴, realizado em novembro de 2021, que recebe apoio técnico da ONU, foi exatamente a participação dos adolescentes no seu processo judicial.

Além disso, foi realizada a formação de mais de 1.617 participantes certificados em metodologias de Central de Vagas e de Audiências Concentradas e a implantação de 12 serviços nessa temática, totalizando 13 unidades da federação com o serviço funcionando.

Para marcar os 10 anos da aprovação da Lei n. 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), está sendo realizado em 2022 um ciclo de formação sobre assuntos estratégicos no campo das políticas socioeducativas com o apoio do projeto. Os eventos vão até dezembro e são destinados a pessoas que atuam no Sistema de Justiça e no Sistema de Garantia de Direitos, com o objetivo de aprofundar discussões relevantes e apresentar novos temas. A parte expositiva dos eventos está sendo disponibilizada na playlist do programa, no canal do CNJ no YouTube.

Nesse contexto, 3 cadernos orientativos foram lançados em evento que incluiu formação para atores locais dos sistemas de Justiça e de Garantia de Direitos para apresentar a metodologia, com 259 participantes.

Os cadernos orientativos podem ser acessados em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/fazendo-justica/publicacoes/>

⁴ A declaração do evento encontra-se disponível no endereço eletrônico: <https://justicewithchildren.org/wp-content/uploads/2021/11/2021-Global-Declaration-on-Justice-With-Children.pdf>



No escopo das atividades previstas no **Produto 3 “Subsídios para a promoção da cidadania e garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional e Socioeducativo desenvolvidos”**, destaque-se a bem-sucedida articulação com os Poderes Judiciários e Executivos locais, com vistas à implantação de equipamento público de atendimento a egressos do sistema prisional, o Escritório Social. Até o momento, foram articulados 36 Escritórios Sociais (TCTs assinados) em 22 Unidades da Federação.

Com o final do segundo ciclo do projeto, os Escritórios Sociais consolidam-se como estratégia central para o fomento a uma Política Judiciária de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e de seus familiares, que inclui a integração do programa Começar de Novo no campo do trabalho e geração de renda, o fortalecimento de Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesps) e a qualificação e expansão do aplicativo Escritório Social Virtual.

Materiais e metodologias dos Escritórios Sociais podem ser verificados em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/escritorios-sociais/>

O aplicativo do Escritório Social Virtual⁵, desenvolvido com apoio do projeto, foi lançado no último período do relatório e já conta com mais de 5 mil usuários e diversas parcerias em andamento para o fortalecimento dos mecanismos de participação social e de políticas integradoras.

Seu objetivo é facilitar o acesso a serviços como emissão de documentos e acompanhamento da situação processual, assim como a políticas de moradia, saúde e alimentação, além de qualificação e encaminhamento profissional. Anualmente, cerca de 460 mil alvarás de soltura são expedidos no país, segundo dados do Executivo Federal.

O aplicativo está também integrado ao Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), permitindo à pessoa egressa e seus familiares acessarem, via aplicativo, o acompanhamento processual da pena, de forma ágil e simplificada. Há ainda a oferta de cursos livres gratuitos, em diversas áreas do conhecimento, além de conteúdos com foco específico em geração de trabalho e renda. Em atualizações mais recentes, passou a oferecer informações sobre Conselhos da Comunidade, serviços de cultura e equipamentos públicos voltados para mulheres, pessoas LGBTQIA+ e idosos.

⁵ Confira aqui o vídeo de apresentação do aplicativo: <https://youtu.be/-61fk4c8PAk>



Adicionalmente, encontram-se em construção políticas judiciárias de leitura, esporte e lazer, trabalho e geração de renda e qualificação de inspeções judiciárias em estabelecimentos prisionais.

Destaca-se também a produção de instrumento informativo sobre ações para inserção socio-laboral de pessoas egressas do sistema prisional, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e Departamento Penitenciário Nacional que, em conjunto com ações de fomento, pretende impactar no acesso ao trabalho de egressos nas estruturas governamentais e privadas de estados e da União.

Outra ação importante foi a elaboração de metodologia para Curso em formato EAD, em parceria com a ENFAM, para aperfeiçoamento em protocolos de atuação do Judiciário em execução de políticas públicas em prisões. O curso encontra-se em fase de produção.

Nesse sentido, o segundo ciclo do projeto envidou esforços na qualificação de inspeções judiciais e ações contra a prática de tortura e maus-tratos a partir de normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos. É preciso, ainda, aumentar a participação social na execução penal, notadamente por meio dos Conselhos da Comunidade.

Iniciada em 2022, a parceria com a Associação para a Prevenção à Tortura (APT) para fortalecimento dos instrumentos de fiscalização do Poder Judiciário e de enfrentamento à tortura e maus-tratos nos ambientes de privação de liberdade, partindo de referências nacionais e internacionais e boas práticas — busca atuar na qualificação dos instrumentais, revisão dos fluxos de tortura com GMFs e fomento de processos formativos.

No âmbito das ações previstas no **Produto 4 “Sistema eletrônico de execução unificado (SEEU) aprimorado, implantado, avaliado e disseminado em âmbito nacional”** foi realizado o processo de implantação e disseminação do SEEU em 34 tribunais de justiça, federais e militares, com a capacitação de agentes locais, a digitalização, cadastramento e implantação do acervo de quase 1,5 milhões de processos de execução penal do meio físico para o sistema digital.

O SEEU é uma ferramenta tecnológica do Poder Judiciário que integra e centraliza a gestão de processos de execução penal no país, conectando os atores de justiça criminal para maior agilidade na tramitação processual e na análise de incidentes e garantias processuais — há registros de redução de até 98% no tempo de concessão de benefícios e de 73% de redução do volume de trabalho nas varas.



Antes da ação de nacionalização e melhoria do SEEU, não havia gestão integrada da execução penal no Brasil com sete sistemas em diferentes unidades da federação e muitos processos em papel. Os sistemas não se comunicavam e não conectavam os atores de Justiça Criminal, gerando lentidão em trâmites

Ações de capacitação, monitoramento e de apoio à governança do SEEU seguem sendo fortalecidas, com a previsão para o segundo semestre de 2022 o lançamento de integração com Sisdepen e o lançamento do Módulo de Medidas Diversas das Prisões e Monitoração eletrônica, com capacitações.

Seguindo as lições aprendidas relacionadas a nacionalização do SEEU, um importante destaque nas ações do BRA/18/019 (Fazendo Justiça), no último ciclo, foi a Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas, cujo o principal legado é a criação de uma estrutura nacional permanente para identificação civil da população carcerária por meio de biometria, com foco na emissão de documentos para acesso a políticas de cidadania, como cursos educacionais, atividades profissionalizantes e laborais, facilitando a integração social.

Entre as inovações propiciadas pelo projeto, está a uniformização do uso da identificação biométrica em todo o país para garantir maior confiança em dados, inclusive evitando prisões por engano ou falsa identidade. Outro marco da Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas, tem sido a integração inédita dos dados coletados em um banco nacional mantido pelo TSE, assim como fluxos permanentes e integrados para emissão de documentos em todo o país.

A partir das entregas dos insumos eletrônicos nos estados, projeto vem conduzindo uma série de treinamentos de multiplicadores sobre o fluxo de identificação civil, consulta e coleta biométrica, bem como atendimento aos usuários em formato presencial. Até o momento, foram realizadas missões em 13 estados da federação. Os eventos com a presença de autoridades são precedidos de treinamento de recursos humanos para operação dos fluxos. Os lançamentos serão concluídos em escala nacional até o primeiro semestre de 2023.

O processo de coleta de dados biométricos e biográficos nas portas de entrada do Poder Judiciário (audiência de custódia) encontra-se implantado em 16 unidades da federação (DF, MT, MS, TO, MA, PI, CE, PB, AC, RR, SE, RJ, BA, PE, AL, RN.), com início efetivo do fluxo em 13 dessas UFs (DF, MS, MA, PI, CE, AC, RR, SE, BA, PE, AL, RN). Essas 16 UFs também já tiveram implantação do processo de coleta entre as pessoas que já se encontram presas, com apoio das administrações



penitenciárias, sendo que a coleta efetiva, nesse momento, se dá em 7 UFs (CE, PB, AC, RR, SE, BA, PE);

Dentre as ações programadas para o próximo ciclo de implantação do projeto, em estrita observância ao escopo original do projeto, estão previstas algumas atividades de maior destaque, apresentadas a seguir:

Encontra-se em realização a sistematização da avaliação de meio termo do projeto, com previsão de conclusão no início de 2023, de forma a possibilitar a avaliação e o registro dos resultados alcançados, assim como oferecer subsídios para aprimoramento de aspectos de gestão do projeto.

Entre os legados que o projeto visa deixar, estão a implantação de um sistema central de processos eletrônicos na execução penal e o desenvolvimento de propostas de fluxos de identificação biométrica na porta de entrada do sistema prisional, incluindo fluxos para a emissão de documentos, a serem operacionalizados pelas unidades da federação a partir dos 4.500 kits de coleta distribuídos em todo o país.

Dessa maneira, ações de aprimoramento do sistema penal e ações de identificação e documentação civil serão implementadas, conforme estabelecido no Plano de Trabalho do projeto.

Para atender a um público de cerca de 300 mil egressos por ano, deverão ser iniciados em pelo menos 07 municípios os Escritórios Sociais implantados, ademais das 29 unidades em funcionamento (total de 36 implantados), além da disseminação e consolidação do aplicativo do escritório social virtual e das metodologias desenvolvidas.

Adicionalmente, conforme mencionado nas ações de cidadania, a qualificação de inspeções judiciais e ações contra a prática de tortura e maus-tratos - a partir de normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos - e ações de fomento à saúde mental deverão ser fortalecidas. Nesse sentido, torna-se imprescindível, aumentar a participação social na execução penal.

No sistema socioeducativo, novas metodologias como as Audiências concentradas e os programas de pós medida também ganharam grande destaque no período, incluindo ações de profissionalização, de esporte e de aprendizagem, que se encontram iniciadas e deverão ser fomentadas e consolidadas no próximo ciclo.



Ações de desenvolvimento de capacidades e sensibilização relacionadas à implantação de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos correlatas aos sistemas prisional e socioeducativo seguem sendo acompanhadas.

E, por fim, a estratégia de internacionalização do projeto deverá ser fortalecida, incluído a participação em eventos importantes das Nações Unidas.

A seguir, é apresentada a Matriz de Progresso do projeto:

2. REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.			
ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS	PRODUTOS DO PROJETO:	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS (conforme período analisado):	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:
<p>Como estratégias de incidência na redução da superlotação e superpopulação carcerária no Brasil, encontram-se em implementação ações que visam:</p> <p>Qualificação e efetividade da porta de entrada, com fortalecimento de mecanismos de responsabilização inteligente</p> <p>Audiência de Custódia:</p>	<p>Produto 1 – Estratégia para a redução da Superlotação e Superpopulação carcerária no Brasil desenvolvida e implantada</p>	<p>⇒ Em Andamento</p>	<p>Com relação ao fortalecimento das Audiências de Custódia, foram desenvolvidas as seguintes ações:</p> <p>- Em fase de finalização a parceria com o UNODC, voltada à produção de subsídios e assessoria técnica para o fortalecimento das audiências de custódia em todo o país. Por meio desta parceria, os seguintes resultados foram alcançados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançado Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais em 3 idiomas;



<p>Fornecimento dos insumos necessários a juízes das 27 UFs para aplicação de distintos mecanismos de responsabilização</p> <p>Implantação de mecanismos para monitoramento e avaliação das distintas alternativas de responsabilização e restauração</p> <p>Desenvolvimento e implantação de metodologia de Central de Vagas</p>			<ul style="list-style-type: none"> • 233.580 unidades de materiais acerca das audiências de custódia foram impressos e distribuídas para todo o país; • Institucionalização do modelo Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) em 21 unidades da federação; • 846 magistrados/magistradas entre quase 2 mil participantes nas capacitações e encontros dos Altos Estudos em Audiência de Custódia, incluindo o compartilhamento dos materiais produzidos; • Conclusão do projeto piloto para prevenção e tratamento de doenças infectocontagiosas no SE; • Divulgação de curso <i>e-learning</i> sobre Regras de Nelson Mandela em língua portuguesa; • Elaborados 3 planos de melhoria dos espaços arquitetônicos da Audiência de Custódia (GO, BA e PE); • Interiorização das audiências de custódia em andamento em 69 comarcas/polos do interior — plano, metodologias e primeiras ações de alinhamento realizadas; • Fluxos interinstitucionais em apoio aos tribunais
---	--	--	--



			<p>para enfrentamento a tortura em elaboração para 24 unidades da federação;</p> <p>Com relação às Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa, foram desenvolvidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aprovada resolução sobre monitoramento eletrônico de pessoas (Resolução CNJ nº 412/2021), após diálogo promovido pelo CNJ entre instituições que atuam neste serviço penal — quatro normativas locais atualizadas ou em atualização para alinhamento nacional. Realizadas reuniões técnicas com representantes do Judiciário em 13 unidades da federação para alinhamento sobre resolução publicada pelo CNJ;- Lançada pesquisa Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil (pesquisa completa e sumário executivo), em parceria com CRISP/UFMG.- Publicado o relatório Projeto Rede Justiça Restaurativa — Possibilidades e práticas nos sistemas criminal e socioeducativo- Metodologia elaborada, rede sensibilizada e capacitações realizadas para aplicação de procedimentos restaurativos em 10 unidades da federação, por
--	--	--	---



			<p>meio de parceria firmada com o CDHEP;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Finalizada a especialização "Jurisdição Penal Contemporânea e Sistema Prisional, em parceria com a ENFAM, com participação de 40 magistrados; <p>Com relação às Centrais Regulação de Vagas, foram realizadas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iniciado o projeto piloto de Central de Regulação de Vagas no Maranhão; - Elaborado e lançado o Manual sobre Central de Vagas no Sistema Prisional. - Central de Regulação de Vagas em implantação em 7 estados;
<p>Como estratégias voltadas à promoção de cidadania, garantia de direitos e controle do quantitativo de adolescentes em privação de liberdade, encontram-se em implementação ações que visam:</p> <p>Qualificação e efetividade da porta de entrada do</p>	<p>Produto 2 - Estratégia para promoção de cidadania, garantia de direitos e controle do quantitativo de adolescentes em privação de liberdade desenvolvida e implantada</p>	Em andamento	<p>Com relação à temática sobre qualificação da porta de entrada ao sistema socioeducativo, foi realizada a seguinte ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborado e lançado o Manual sobre Tráfico enquanto uma das piores formas de trabalho infantil, tendo contado com aportes técnicos prestados pela OIT. - Publicado o relatório Projeto Rede Justiça Restaurativa – Possibilidades e práticas nos sistemas criminal e socioeducativo; - 9 órgãos de macrogestão em Justiça Restaurativa implantados;



<p>sistema Socioeducativo:</p> <p>Núcleos de atendimento integrados, centrais de vagas e Justiça Restaurativa</p> <p>Aperfeiçoamento de dados relacionados à execução de medidas socioeducativas: Limpeza de base de dados do CNAEL e nova versão do CNIUPS desenvolvida e disseminada</p> <p>Desenvolvimento de metodologias com foco no aumento da escolarização e educação profissional</p> <p>Aprimoramento do Programa de acompanhamento a adolescentes pós cumprimento de medida socioeducativa</p>			<p>No âmbito desta temática, especificamente com relação aos Núcleos de Atendimento Integrado, foram realizadas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lançado o Manual Recomendação nº 87/2021 — Atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, em evento combinado com formação destinada a atores do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos; - Formação adicional na Jornada Formativa — 10 anos do Sinase; - 05 Núcleos de Atendimento implantados e 13 em negociação; - Atendimento integrado em 25 municípios de 19UFs; <p>Especificamente com relação à Audiência Concentrada e Central de Vagas, foram realizadas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Metodologia de monitoramento das centrais de vagas testada, com testes piloto em 3 UFs - PR, SC e PE; - Formação de mais de 1.600 atores em metodologias de Central de Vagas e de Audiências Concentradas; - 09 Serviços de Centrais de vagas implantados e 03 em negociação ou atualização metodológica;
--	--	--	---



			<p>- 06 Serviços de Audiências concentradas implantados e 10 em negociação ou atualização metodológica;</p> <p>Com relação à Melhoria de Sistemas e Dados, está em andamento a seguinte ação:</p> <p>- Elaboração do Manual de inspeção do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIUPS) e atualizados os formulários de inspeção judicial.</p> <p>Com relação ao desenvolvimento de metodologias com foco no aumento da escolarização e educação profissional de adolescentes, foram desenvolvidas as seguintes ações:</p> <p>- Elaborados subsídios para proposição da atualização ao Plano Nacional de Leitura no Cárcere e Feira Literária;</p> <p>- Apoio técnico e articulação local para atores estaduais fortalecerem ações de aprendizagem para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa;</p> <p>- Realizadas atividades de levantamento sobre aprendizagem no sistema socioeducativo nos estados (Censo de leitura).</p> <p>- Realização do evento Caminhos Literários no Socioeducativo, que incluiu quatro encontros durante com a participação ativa de adolescentes em 60 unidades</p>
--	--	--	---



			<p>socioeducativas em todo o país. O ciclo formativo promoveu reflexões sobre o direito à leitura e à literatura como ferramenta para o desenvolvimento e qualificação do atendimento socioeducativo.</p> <p>Quanto o Programa de Acompanhamento pós medida, foi desenvolvida a seguinte ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 nova UF com Programa PósMedida (CE), totalizando 6 UFs com programas em funcionamento 15 UFs com modelo em discussão; - Desenvolvida metodologia inédita para apoiar a implementação e fortalecimento de programas-pós medida, inclusive os já existentes em algumas unidades da federação;
<p>Os subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade que se encontram em implementação no projeto visam, como resultado:</p> <p>- Desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da inserção socioeconômica de egressos</p>	<p>Produto 3 - Subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional e Socioeducativo desenvolvidos</p>	⇒ Em Andamento	<p>Com relação à temática referente à Cidadania e Inserção Socioeconômica de Egressos, foram desenvolvidas as seguintes ações:</p> <p>Escritórios Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> - 22 novos Escritórios Sociais pactuados em 12 unidades da federação, 36 no total em 22 unidades da federação; - 13,7 mil atendimentos realizados a pessoas egressas e familiares, com funcionamento iniciado gradualmente após a pandemia de Covid-19; - Formações continuadas, presenciais e online, com equipes



<p>- Fortalecimento e qualificação dos escritórios Sociais; Aprimoramento do Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda</p> <p>- Implantação de metodologias e mecanismos que possibilitem aferição de índices de reentrada para subsidiar ações/políticas de redução da reincidência</p> <p>- Fortalecimento da Participação Social na Execução Penal</p> <p>- Qualificação das inspeções judiciais e enfrentamento à tortura nos ambientes de privação de liberdade</p> <p>- Fomento a políticas de atenção à diversidade, saúde, educação, esporte e lazer, voltadas às pessoas privadas de liberdade.</p>			<p>dos Escritórios Sociais, com estratégias EAD e presenciais, com mais de 1700 participantes;</p> <p>- Articulação com Executivo — a partir de portaria publicada pelo Depen para financiar os Serviços de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, convênios firmados com 18 estados, totalizando R\$ 20 milhões (total de 24 UFs com convênio);</p> <p>- Publicada orientação técnica conjunta entre Depen e CNJ sobre implantação e fortalecimento de serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional (Patronatos/Escritórios Sociais) no âmbito dos convênios firmados a partir da Portaria Depen 403/2020;</p> <p>- Nova metodologia desenvolvida: estigma e familiares;</p> <p>- Escritório Social Virtual lançado com mais de 5 mil downloads do aplicativo (Apple e Android) e Georreferenciamento das redes locais de serviços concluído em todas as unidades da federação.</p> <p>Atenção à Pessoa Egressa e sua Família</p> <p>- Elaborada metodologia de enfrentamento ao estigma de pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias;</p> <p>- Produzido instrumento informativo sobre ações para</p>
--	--	--	---



			<p>inserção socio-laboral de pessoas egressas do sistema prisional e socioeducativo;</p> <p>- Lançado Portal para a Liberdade, ação conjunta entre o CNJ e o Instituto Igarapé, além de apoio da Raesp-RJ. O portal reúne artigos e documentos relacionados a pessoas egressas no Brasil, uma pesquisa inédita sobre fatores condicionantes da reentrada no sistema prisional e um levantamento das organizações do setor público e da sociedade civil voltadas para pessoas egressas, entre outras informações;</p> <p>Trabalho</p> <p>- Apoio técnico para a publicação da Orientação Técnica Conjunta nº 1 CNJ e MPT para Efetivação das Cotas Legais de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional em Serviços Contratados por Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e pelo Poder Judiciário. Realizada apresentação da orientação para equipe do MPT em evento nacional;</p> <p>- Grupos intersetoriais para regularização das cotas criados em 16 unidades da federação; elaboração de planos estaduais de trabalho e qualificação profissional, com instrumento de fomento (cotas e isenções); mobilização dos órgãos gestores da administração pública;</p>
--	--	--	---



			<p>Sobre a qualificação das inspeções judiciais e enfrentamento à tortura</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico a inspeções conjuntas realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça e pelo DMF/ CNJ em três unidades da federação — CE, AM, PE. Elaborada proposta de metodologia de inspeção, incluindo modelo de roteiro e de relatórios analíticos, apoio técnico: 1) na realização das inspeções; 2) a magistradas/os; 3) na elaboração de relatório final e demais desdobramentos no território- Grupos de Trabalho criados em 4 UFs para discutir fluxos sobre tortura com GMFs/CNJ;- Enfam — proposta de curso de aperfeiçoamento em EAD finalizada — Protocolos de atuação do Judiciário para execução de políticas públicas em prisões — curso em fase de produção; <p>Com relação à temática referente ao fomento de políticas de atenção à diversidade, saúde, educação, esporte e lazer, voltadas às pessoas privadas de liberdade, foram realizadas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico realizado para a aprovação dos instrumentos normativos sobre remição de pena por meio de práticas sociais
--	--	--	---



		<p>educativas (Resolução CNJ nº 391/2021);</p> <ul style="list-style-type: none">- 106 pessoas em privação de liberdade e egressas em curso superior profissionalizante a partir de parceria com a Cogna Educação Kroton;- Censo Nacional de Práticas de Leitura e Censo Nacional de Práticas de Esportes e Lazer em finalização, sendo o primeiro com apoio do UCPEL, e o segundo com o Terre des Hommes. Alcance de pesquisa com mais de 90% das unidades prisionais do país;- Participação de 9,5 mil pessoas privadas de liberdade, 23.572 visualizações no Youtube na realização da 2ª Jornada Nacional da Leitura no Cárcere, em parceria com o Observatório do Livro e da Leitura, para fortalecer o acesso ao livro e à leitura a pessoas privadas de liberdade, com participação de escritores, gestores, especialistas e representantes do Judiciário. Debateu a relação da leitura com a remição de pena e a inclusão social e práticas de leitura e escrita em ambientes prisionais.- Elaborado e lançado Manual com orientações sobre a atenção à População LGBTQIA+ privada de liberdade;- Revisados formulários para elaboração de protocolos de atuação do Judiciário no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas
--	--	--



			<p>Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP);</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaborada metodologia para Curso em formato EAD, em parceria com o a ENFAM, para aperfeiçoamento em protocolos de atuação do Judiciário em execução de políticas públicas em prisões;- Elaborado Manual voltado à orientação dos tribunais e magistrados quanto à implementação das medidas previstas na Resolução N° 405 de 06/07/2021, que estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade.- Elaborado e lançado Diagnóstico sobre Custos Prisionais no Brasil;- Elaborado o relatório que apresenta um panorama sobre o Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Prisional que contribuiu para o debate público e atualizou o envolvimento dos poderes judiciário, executivo e legislativo nas urgências do sistema penal;- Elaborada normativa de orientação sobre a diversidade religiosa nos ambientes de privação de liberdade; <p>Ações Transversais/ Intereixos</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio à disseminação e fortalecimento da implantação da
--	--	--	---



			<p>Resolução Nº 425/2021, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oitiva de mais de 7 mil profissionais de segurança pública de todo o país, de diferentes carreiras, postos e graduações, de forma online e presencial, para apurar percepções afetas à vivência com o Judiciário para subsidiar propostas de incidências em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública; - Elaborado o relatório de indicativos sobre quesitos para atender populações em situação de vulnerabilidade e os sistemas do CNJ que tratam da política penal e socioeducativa; - Elaborado Instrumento Orientador sobre Comitês de Políticas Penais e sobre Fundos Municipais de Políticas Penais; - Elaborada normativa que estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas;
Para a gestão informatizada da execução penal (Sistema eletrônico de execução unificado – SEEU, aprimorado, implantado, avaliado	Produto 4 – Sistema eletrônico de execução unificado (SEEU) aprimorado,	⇒ Em Andamento	Com relação à temática de Melhoria de Gestão de Dados, foram desenvolvidas as seguintes ações:



<p>e disseminado em âmbito nacional), encontram-se em implementação ações que visam:</p> <p>- Melhoria da gestão dos dados (digitalização dos processos de execução penal; biometria implementada)</p> <p>- Efetividade e eficiência da gestão (gestão eletrônica dos processos de execução e base nacional de dados biométricos para a emissão de documentos)</p> <p>- Implantação de fluxo permanente de autenticação da Identificação e Documentação Civil</p>	<p>implantado, avaliado e disseminado em âmbito nacional</p>		<p>SEEU⁶</p> <ul style="list-style-type: none"> - 61% Evoluções no sistema desenvolvidas, com os destaques: <p>Função NID - Documentação civil e Função Perfil Biométrico desenvolvidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 59% de modernizações realizadas, com os destaques; - Mais de 80% integrações com sistemas de conhecimento, internos e externos realizados, com os destaques a seguir: - Nova versão de integração com BNMP⁷ finalizada; - Funcionalidade de consulta de processos no PDPJ⁸; - Integração com o PJE⁹ - Integração com a CNACL¹⁰ - 98% de ações de governança efetivadas; <p>Outras ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentação e registro — mapeamento de macroprocessos finalizado; gestão e planejamento; suporte a gestão e aos usuários;
--	--	--	---

⁶ Conforme reportado no documento anterior, o SEEU conta atualmente com mais de 1,3 milhões de processos em tramitação online e está presente em 34 tribunais estaduais, federais e militares.

⁷ Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)

⁸ Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro -PDPJ-Br. Iniciativa fomentada pela parceria firmada entre o PNUD e o CNJ, o Programa Justiça 4.0

⁹ Processo Judicial Eletrônico (PJE)

¹⁰ Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL)



			<ul style="list-style-type: none">- Estratégia e sustentabilidade: ações de capacitação, monitoramento e de apoio à governança do SEEU em andamento - Painel de Resultados do SEEU em qualificação.¹¹ Identificação e Documentação Civil - Lançada a Ação Nacional de Identificação Civil para pessoas privadas de liberdade, com mobilização de 150 instituições de todo o país para garantir a emissão de documentos para esse público. Realizado o primeiro ciclo de missões, com o atendimento a 13 estados; - Entregues 5400 kits de identificação biométrica em 27 unidades da federação e desenvolvido treinamento e orientações para diferentes instituições do sistema judiciário acerca dessa atividade; - Realizadas coletas no âmbito do projeto piloto de documentação e identificação civil junto ao Tribunal de Justiça do DF, bem como em 11 estados que inauguraram o serviço e em 6 UFs em que as pessoas já se encontram presas; - Fluxos para emissão de documentos em 23 UFs - Elaborados os materiais de treinamento sobre identificação de coleta biométrica para os estados;
--	--	--	--

¹¹ bit.ly/PainelSEEU



			<ul style="list-style-type: none"> - Implantado o fluxo de documentação na porta de saída em 23 estados com cerca de 5.597 pessoas identificadas e 4.604 novos cadastros emitidos; - 9,7 mil protocolos concluídos para novos documentos;
<p>O aperfeiçoamento das rotinas de serviços visa a excelência da governança e a eficiência da gestão de resultados e metas do projeto para o alcance dos resultados propostos;</p>	<p>Produto 5 - Aperfeiçoamento das rotinas de serviço, gestão do conhecimento e transferência de conhecimento para a execução da metodologia do projeto realizadas</p>	<p>⇒ Em Andamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoradas as rotinas de gestão do projeto (viagens, contratações e processos); - Realizada assessoria Técnica especializada às unidades da federação (coordenações regionais); - Elaborados Boletins Semanais e Bimestrais de acompanhamento das entregas e metas, conforme plano estratégico; - Elaborados Boletins Quinzenais sobre Contágios e Óbitos por COVID-19 no Sistema Prisional e Socioeducativo; - Realizadas reuniões sistemáticas de gestão e de acompanhamento do projeto; - Desenvolvidos os indicadores de acompanhamento do Projeto; - Realizada Avaliação de Meio Termo do Projeto; - Conclusão da Auditoria referente ao ano de 2021, sem nenhuma recomendação; - Supervisão Técnica de consultorias técnicas;



	Produto 6 (Ajustado)¹² - Estratégia e metodologia para implantação de Plataforma e Piloto de Fundo Multi-Parceiros desenvolvida e implantada	⇒ Em Andamento	- Estratégia metodológica e operacional para o estabelecimento da plataforma multi-parceiros concluída.
--	---	----------------	---

Nesse sentido, de maneira a dar continuidade aos avanços do projeto e garantir a consolidação das ações, alguns ajustes são necessários, como detalhado a seguir.

Seção 2. Objetivos da Revisão e Justificativa

2.1 Objetivos da Revisão

A presente revisão substantiva tem por finalidade:

- Ampliar a vigência do projeto em 16 meses (até 30 de novembro de 2024), de maneira a possibilitar o pleno alcance dos resultados previstos no projeto;
- Ajustar as metas previstas na Matriz Lógica e o cronograma de execução, em linha com a ampliação do prazo;
- Redistribuir o orçamento disponível no projeto, em linha com o novo prazo e valor proposto;

2.2 Justificativa para cada uma das mudanças propostas;

(i) Ampliar a vigência do projeto em 16 meses

Com o advento da pandemia do Coronavírus o projeto enfrentou alguns desafios na implementação das iniciativas previstas, em especial no campo das ações nos territórios e na inovação tecnológica. Diversos serviços foram impactados, tendo a sua retomada e fortalecimento no ano de 2022.

¹² Produto alterado com a assinatura da Revisão Substantiva 3, firmada em maio de 2021, pelo CNJ, PNUD e ABC.



As ações em curso reforçam o comprometimento do Judiciário nacional com o Estado de direito e com a proteção de garantias individuais e coletivas, notadamente no campo da proteção à integridade pessoal e à vida, mantendo a responsabilização nos limites da sentença judicial. A partir do programa, o CNJ busca potencializar junto aos parceiros locais respostas estruturantes para questões identificadas em sua atuação institucional no campo do monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas.

Adicionalmente, com a necessidade de ampliar a contratação de profissionais e de empresas na área de tecnologia, o projeto deparou com dificuldade de mobilização de profissionais e instituições nessa área de trabalho, em um contexto nacional que se apresentou com um mercado em crescimento de demandas e de "disputa" por profissionais nesta área.

No tocante aos desafios enfrentados para implantação da atividade 4.6 do produto 4 (identificação civil e documentação das pessoas privadas de liberdade), houve a finalização da aquisição dos 5,4 mil kits para fins de coleta biométrica, incluindo o envio para todas as 27 UFs do país. Os kits são destinados a varas que realizam audiências de custódia, varas de execução penal e a unidades de privação de liberdade, seguindo diretrizes da Resolução CNJ n. 306/2019.

Com a efetivação da aquisição e da distribuição dos kits, encontram-se refletidos, no Plano de Trabalho (Anexo 2) os gastos efetivamente realizados na rubrica de equipamento, no total de US\$ 3.524.231,20. Destaca-se que a aquisição dos equipamentos foi reportada no último Relatório de Progresso e tripartite realizada, incluindo o registro da transferência dos bens ao CNJ.

De maneira a ajustar o orçamento do projeto foi realizada a redução dos valores apresentados na última Revisão 3, aprovada, no que tange a rubrica de equipamentos constantes no produto 4 (US\$ 4.128.626,36). O saldo da compra foi destinado para a rubrica de assessoria técnica necessária para as ações de sustentabilidade da iniciativa.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de consolidação dos resultados e na capacitação dos profissionais que realizam a coleta de dados e a identificação civil. Trata-se de um esforço, por meio de articulação com mais de 150 instituições nacionais e locais, a de criação de estrutura nacional permanente para identificação civil de pessoas presas por meio de biometria, com foco na emissão de documentos pelos órgãos executivos estaduais para acesso a políticas de cidadania. Dessa forma, é necessário prazo adicional para possibilitar a sustentabilidade dos novos fluxos de identificação civil desenvolvidos com suporte do projeto.



Para destacar a importância da conclusão e sustentabilidade dessa ação, salienta-se que segundo dados do Executivo, cerca de 80% das pessoas presas não têm documentos em seus prontuários, dificultando acesso a serviços e a retomada da vida em sociedade após o cumprimento da pena.

Com relação aos serviços de políticas públicas induzidos pelo Programa como os Escritórios Sociais, Serviço de Atenção Psicossocial na Audiência de Custódia – APEC, Núcleos de Atendimento Integrado do Socioeducativo, Audiências Concentradas no Socioeducativo, Centrais de Alternativas Penais, entre outros, foram vivenciados importantes desafios para a inauguração dessas estruturas em período de quarentena e no desenvolvimento de rotinas que viabilizem a estabilização das atividades, quando o período era caracterizado pela excepcionalidade dos atendimentos. Nesse sentido, será necessário aportar um tempo maior de dedicação para capacitação, supervisão e monitoramento dos serviços para que se tornem sustentáveis metodológica e organizacionalmente.

Considerando que serviços no território necessitam de um período de sedimentação, é importante que o Projeto possa realizar o devido suporte durante o funcionamento regular das rotinas, contribuindo adicionalmente com a interiorização das atividades para municípios da região metropolitana das capitais e de regiões mais distantes. Essa perspectiva visa a incorporação institucional robusta por parte dos poderes locais das práticas de políticas penais e socioeducativas fomentadas pelo CNJ por meio do Fazendo Justiça.

A extensão de prazo solicitada por meio dessa revisão se aproxima ao período de enfrentamento da própria pandemia. Dessa forma, a extensão de prazo permitirá recuperar o cronograma das ações do projeto que tiveram sua implementação impactada durante o período de maior incidência da pandemia, permitindo o pleno alcance dos resultados previstos no projeto, bem como a completa internalização das novas metodologias e ações desenvolvidas no contexto do CNJ, em preparação à finalização do projeto. Com a ampliação da vigência do projeto, poderão ainda ser concluídas as atividades já iniciadas desde a sua implementação, bem como as iniciativas já previstas no documento de projeto e que ainda não haviam sido iniciadas dado o contexto de pandemia, mantida a caracterização e definição do objetivo original deste.

(ii) Ajustar as metas previstas na Matriz Lógica e o cronograma de execução, em função da ampliação do prazo de vigência do projeto

Considerando o novo prazo previsto no projeto, assim como o advento da nova gestão no CNJ, o planejamento do projeto precisou ser readequado ao novo



contexto, bem como ao novo prazo de implantação proposto nessa revisão. Nesse sentido, as metas e cronograma de atividades do projeto foram redistribuídas em linha com o novo prazo de vigência do projeto.

A estratégia de incidência do projeto conta com assessoria técnica especializada junto ao CNJ, aos tribunais e outros atores locais na execução de atividades para resultados imediatos e para transformações de longo prazo. Considerando o novo prazo previsto, foi realizado um incremento no valor previsto para a contratação de consultores pessoa física, refletindo a prorrogação do projeto passando de US\$ \$24.179.940,52 para US\$ 27.092.896,25¹³, de maneira a garantir a continuidade e sustentabilidade das ações.

Destaco que a rubrica prevista para os anos de 2023 e de 2024, referente aos contratos de consultores conta com um recurso de US\$ 7.688.002,93, conforme estabelecido no Plano de Trabalho e na lista de insumos.

Abaixo destaca-se alguns ajustes e ações programadas para o próximo ciclo de implementação do projeto, a partir da incidência técnicas:

No escopo do produto 1, a parceria firmada com o UNODC, no tema das Audiências de Custódia prevê a sua finalização no ano de 2023, que deverão ser monitoradas para a garantia da sustentabilidade das ações. Ademais, deverão ser implementadas ações de Centrais de Regulação de Vagas - seguindo a metodologia de que um preso deve ocupar apenas uma vaga - e garantir a sustentabilidade das metodologias de medidas alternativas em todo o país. Com relação à Monitoração Eletrônica, agora com a aprovação pelo plenário do CNJ da Resolução 412/2021, que contou com o suporte do Projeto, serão realizadas atividades regionais e estaduais de assistência técnica para apoiar os estados na adequação de estruturas e procedimentos visando o cumprimento da resolução.

No tocante ao Sistema Socioeducativo (produto 2), deverão ser aprimorados os sistemas de gestão de dados, incluindo o lançamento da Plataforma Socioeducativa (sistema eletrônico de tramitação processual do processo de conhecimento e execução de medidas socioeducativas). Ações de nacionalização da Central de Vagas e das Audiências Concentradas, bem como o fomento dos fluxos de porta de entrada – especialmente por meio do Núcleo de Atenção Integrada –, das iniciativas de profissionalização, de esporte e de aprendizagem e de acompanhamento de adolescentes após a medida socioeducativa.

¹³ Valor total do orçamento do projeto BRA/18/019



Para atender a um público de cerca de 300 mil egressos por ano, deverão ser iniciados 07 Escritórios Sociais em municípios, ademais das 29 unidades em funcionamento, com políticas e ações de cidadania (produto 3). Novas metodologias de atendimento nos Escritórios Sociais encontram-se em implementação, como a redução do estigma aos familiares de egressos do sistema prisional, saúde mental e marcadores sociais. Os planos nacionais de fomento à leitura e ao esporte em espaços de privação de liberdade contarão com estratégias de implantação em parceria com órgãos do executivo nacional e local.

A conclusão das ações relacionadas à implantação de fluxos e procedimentos para a identificação civil por meio da coleta biométrica das pessoas privadas de liberdade na porta de entrada e, residualmente, nos estabelecimentos prisionais, bem como dos fluxos de emissão de documentos na porta entrada e de saída. Dessa maneira, de forma integrada com o TSE, ARPEN e órgãos locais, será viabilizado meios de identificação e documentação civil nacionalmente, conforme estabelecido no Plano de Trabalho do projeto.

Para além do SEEU, almeja-se potencializar a qualificação das informações advindas dos sistemas penais e socioeducativos gerenciados pelo DMF melhorando os diagnósticos e os encaminhamentos dessas políticas, especialmente quanto ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP); Sistema de Audiência de Custódia (Sistac); Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIPE); Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS). Ademais, alguns desses cadastros e sistemas, inclusive, deverão passar por reformulação mais ampla, como é caso do CNAEL.

De forma transversal, proposição de melhorias nas rotinas dos Tribunais e nos espaços de privação de liberdade também deverão permanecer no escopo de atuação da iniciativa. Nesse contexto, estará o lançamento de um manual para os Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Tribunais de Justiça e Federais, que trará diretrizes para a manutenção de fluxos comuns e permanentes de fomento e fiscalização das rotinas envolvendo as políticas penais e socioeducativas, de forma alinhada com o DMF/CNJ. Essa medida corrobora os objetivos de sustentabilidade das iniciativas implantadas pelo Projeto quando ele se encerrar.

Por fim, a estratégia de internacionalização do projeto deverá ser fortalecida, incluído a participação em eventos importantes das Nações Unidas.

- (iii) **Redistribuir o orçamento disponível no projeto, considerando o novo prazo de vigência**



Considerando o novo prazo previsto para implantação das ações do projeto, foi realizada a correspondente adequação da distribuição do orçamento do projeto considerando a nova vigência, bem como as necessidades de implantação programadas.

O gasto realizado até o mês de dezembro de 2022, conforme apresentado nos últimos demonstrativos oficiais de gastos do projeto¹⁴, somam o valor total de US\$ 35.535.643,42¹⁵. A lista de insumos, presente no anexo 3 do documento, reflete as contratações realizadas até o momento, conforme Relatórios de Progresso apresentados.

Destaca-se que no ano de 2022 houve a cobrança de incidência inferior ao 5% de GMS nos gastos. O valor devido seria de USD 429.607,90, sendo cobrados apenas US\$ 424.122,33. O saldo de R\$ 5.485,57 da rubrica de GMS, foi transferido para o ano de 2023 com o objetivo de ser aplicado nas ações técnicas do projeto.

Nesse sentido, o projeto passa a contar com um monto de \$ 44.750.846,59, para a implementação das ações técnicas e US\$ 2.232.056,76 para gastos de GMS, sem haver alteração no orçamento total da iniciativa.

Até o momento, encontra-se contabilizado no projeto, o montante financeiro de US\$ 43.879.940,17. Do saldo financeiro disponível, no total de US\$ 13.344.296,75, todo o valor encontra-se atualmente mobilizados com contratos em execução, considerando a prorrogação da iniciativa. Se considerarmos a execução e o comprometido das ações, resta um saldo orçamentário livre (sem compromissos), no valor de US\$3.102.963,18, previstos a serem repassados no ano de 2023 ao PNUD.

A distribuição dos valores, durante os anos, encontra-se no Plano de trabalho atualizado¹⁶, considerando o novo prazo de vigência (Anexo 2). O projeto conta com o valor de US\$ 15.664.057,08 para a implementação das ações nos anos de 2023 e 2024, desconsiderando os valores de GMS.¹⁷

Com relação à rubrica de viagens e diárias, cabe ressaltar que houve uma pequena variação na rubrica para viagens e diárias, se compararmos os valores totais da última revisão 3 aprovada. O projeto contava com um monto de US\$ 6.842.610,82, passando, na Revisão 4, para o valor de US\$ 6.678.712,23. A redução de cerca de 2% reflete apenas a efetivação de gastos antes projetados e, no presente documento, realizados.

¹⁴ Para fins de fechamento de gastos, considera-se o CDR certificado de 2022.

¹⁵ Gastos finais referentes ao período de 2019 a dezembro 2022, refletidos no Plano de Trabalho.

¹⁶ Valor distribuído nos anos de 2023 e 2024.

¹⁷ O GMS para os anos de 2023 e 2024, calculados a taxa de % conta com um valor de US\$ 783.206,19.



Adicionalmente, com relação a rubrica de equipamentos, cabe esclarecer que a 3ª Revisão Substantiva aprovada contava com o valor de US\$ 4.750.317,69. Com a efetivação da aquisição dos kits biométricos e dos equipamentos destinados aos escritórios sociais, houve a necessidade de redução da rubrica para o montante de US\$ 3.740.709,83. Os valores restantes foram redistribuídos para a contratação de consultorias, com vistas a garantir a sustentabilidade das ações.

Por fim, após o registro dos valores de gastos efetivos, o projeto conta com um saldo de US\$ 4.603.152,31 para a mobilização de consultorias de Pessoa Jurídica e Carta Acordo.

Novas contratações ações em curso, no total de US\$ 12.291.155,24¹⁸ encontram-se constante na Lista de insumos do projeto, Anexo 3.

Com a extensão do prazo do projeto foi atualizado o documento de *Schedule of Payments*, anexo 5, parte integrante desta Revisão Substantiva.

Seção 3. Matriz de Resultados e Recursos e Plano de Trabalho atualizados

No anexo 1 do presente documento é apresentada a Matriz de Resultados do Projeto, com atualização das metas previstas alinhada com o novo prazo do projeto.

Seção 4. Monitoramento e Avaliação

O Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento de Projetos – SIGAP da Agência Brasileira de Cooperação espelha a matriz de resultados e plano de trabalho do projeto.

O sistema está atualizado pelo CNJ com o registro dos avanços e planejamento semestral das metas do projeto conforme o documento do projeto e revisões realizadas até o momento.

O Plano de Monitoramento e Avaliação atualizado para a nova vigência encontra-se apresentado no Anexo 4.

¹⁸ O Valor considera apenas as previsões constantes nas rubricas de consultorias de pessoa física jurídica (linhas 71300 e 72100).



Anexo 1 – Matriz de Resultados



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Anexo 2 – Plano de Trabalho Plurianual



Anexo 3 – Insumos do Projeto¹⁹

Listagem de consultorias por produto contemplando os (i) contratos firmados desde o início do projeto (2019 a 2022) e (ii) contratos em andamento e/ou previstos (2023 e 2024) (pessoa física, jurídica e cartas de acordo)²⁰

Contratos firmados desde o início do projeto (2019 a 2022)

Pessoa Física ²¹

Atividade Técnica	Nome	Produto	Ano	Nível	Remun. Mensal
Coordenador Estadual GO (novo)	Adriana Raquel	1	2021 a 2022	NPSA 5	R\$ 10.217,08
Arquiteto de Softwares (novo)	Alexandre Silva	1	2021 a 2022	NPSA 5	R\$ 9.749,13
Associado Técnico – Estratégia e Sustentabilidade (novo)	Alisson Batista	1	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Desenvolvedor – Back-End (novo)	Alisson Freitas	1	2021 a 2021	SB4	R\$ 12.706,79
Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Amanda Carvalho	1	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Coordenador Estadual AL (novo)	Ana Maria Pereira	1	2020 a 2021	SB4	R\$ 12.706,79
Analista - Requisitos (novo)	Ana Rita Reis e Rocha	1	2019 a 2022	NPSA 10	R\$ 23.031,70
Assessor Técnico (novo)	Angela Cristina Rodrigues	1	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Associado Multimídia (novo)	Apoena Pinheiro	1	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 16.523,40
Desenvolvedor – Front-End	Benício Júnior	1	2019 a 2020	SB4	R\$ 11.814,79
Associado para Produtos Visuais (novo)	Bernardo Costa	1	2022	NPSA 8	R\$ 16.523,40

¹⁹ Atualizados à taxa de 1º maio, de 5.021, do PNUD.

²⁰ As listas de insumos não consideram valores de diárias e passagens e de GMS.

²¹ Valores referentes a rubrica 71300 do PTA (gasto).



Desenvolvedor Back-End (novo)	Breno Camargos (desligado em 17/11/2022)	1	2022	NPSA 8	R\$ 16.523,40
Arquiteto de Softwares (novo posto)	Bruna Nascimento	1	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Coordenador Estadual RS (novo)	Camila Oliveira	2	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Coordenador Estadual MT (novo)	Danielle Paula	2	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 13.586,37
Analista – Dados (novo)	Denys Gonçalves	2	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista - Requisitos (novo)	Edilene Beltrão	2	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Articulador para os Escritórios Sociais	Eduardo Novais de Souza	2	2020 a 2021	SB4	R\$ 12.706,79
Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Fernanda Santos	2	2019 a 2022	NPSA 10	R\$ 23.031,70
Suporte à Gestão da Informação	Phillipe de Freitas Campos	2	2019 a 2020	SB5	R\$ 20.986,29
Coordenador Estadual PR (novo)	Flávia Ziliotto	2	2022	UNV Jovem	R\$ 6.140,32
Coordenador Estadual SC (novo)	Gabriela Machado	2	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Senior Project Manager (novo posto)	Gehysa Garcia	3	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista Programação Full Stack (novo)	Gustavo Coimbra	3	2021 a 2021	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Analista - Q.A (novo)	Heiner de Almeida Ramos	3	2021 a 2021	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Coordenador Estadual AP (novo)	Higor Antônio	3	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Desenvolvedor – Back-End (novo)	Humberto Júnior	3	2019 a 2022	NPSA 10	R\$ 23.031,70
Assistente do Programa Fazendo Justiça	Iasmin Baima Reis	3	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 16.523,40
Assistente de Gestão e Ações Transversais	Isabelle Cristine Rodrigues Magalhães	3	2019 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Especialista em Comunicação Institucional	Isis Capistrano Pereira	3	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42



Especialista em Políticas de Cidadania	Ítalo Barbosa Lima Siqueira	3	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Coordenador Estadual RR (novo)	Jaíra Magalhães	3	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Coordenador Adjunto Eixo 1 (novo posto)	Janaina Homerin	3	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Assistente de Comunicação	José Lucas Rodrigues Azevedo	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Associado Técnico de Monitoramento Analítico (novo)	Leonardo Barone	5	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Arquiteto de Software	Leonardo dos Reis Aragão (desligado em 05/05/2022)	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Desenvolvedor Back-End (novo)	Leonardo Ribeiro	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Associado Técnico de Monitoramento Analítico (novo)	Lídia Barbosa	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Associado Técnico de Atendimento Usuário (novo)	Ligiane Gabriel	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Associado de Comunicação e Advocacy (novo)	Livia Reis	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Coordenadores Estadual AM (novo)	Luanna Silva	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Coordenador Estadual ES (novo)	Lucilene Roberto	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Lunna Luz Costa	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Associado Técnico de Atendimento Usuário (novo)	Marcelo Saraiva	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Especialista Design e Multimídia	Mariana Cristina Zampieri	5	2021 a 2022	NPSA 3	R\$ 7.632,77
Coordenador Adjunto Eixo 1 (Gestão e Projetos Estratégicos) (novo)	Marina Silva	5	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,98



Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Martina Bitencourt	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 16.523,40
Matias Neto (novo)	Matias Neto	5	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Especialista em Gestão do Conhecimento	Mayara Dias Miranda	5	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Project Assistant (novo)	Michelle Souza	5	2021 a 2022	NPSA 2	R\$ 5.869,82
Associado Técnico – Estratégia e Sustentabilidade (novo)	Moacir Borges	5	2021 a 2022	NPSA 6	R\$ 12.092,50
Analista de Comunicação e Advocacy (novo)	Nataly Costa	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Auxiliar de Comunicação e Advocacy (novo)	Natasha Cruz	5	2021 a 2022	NPSA 2	R\$ 5.869,82
Especialista em Políticas de Cidadania	Olívia Maria de Almeida	5	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Organizador de redes de atendimento a pessoas egressas do sistema prisional	Ozias Ferreira da Silva	5	2021 a 2021	SB3	R\$ 5.773,42
Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Patrícia Ciocari	5	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista Dev-Ops (novo)	Paulo Almeida	5	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Assessor de Comunicação (novo)	Pedro Malavolta	5	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Especialista em Proporcionalidade Penal	Priscila Coelho	5	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assessora de Comunicação	Rafaela Marques (desligada em 17/06/2022)	5	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista de Requisitos	Raquel Yoshida	5	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51



Inovação e Tecnologia (novo)					
Coordenador Estadual TO (novo)	Regina Lopes	5	2020 a 2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Desenvolvedor – Front-End (novo)	Régis Araújo	5	2020 a 2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Desenvolvedor Back-End (novo)	Rodrigo Silva	5	2020 a 2021	SB4	R\$ 12.706,79
Analista (Especialista) em Gestão e Implantação de Sistemas – Estratégia e Sustentabilidade (novo)	Rose Marie Santana	5	2020 a 2021	SB3	R\$ 8.274,71
Associado Técnico do Programa Fazendo Justiça - Eixo 2: Sistema Socioeducativo (novo)	Sara Campos	5	2019 a 2022	NPSA 9	R\$ 19.760,69
Analista de Requisitos_Inovação e Tecnologia (novo)	Simone Levenhagem	5	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Tamiz Lima Oliveira	5	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Associado Técnico – Identificação Civil e Emissão de Documentos (novo)	Tarcia de Brito	5	2019 a 2022	NPSA 4	R\$ 9.670,32
Coordenador Estadual PB (novo)	Thabada Almeida	5	2019 a 2022	NPSA 4	R\$ 9.670,32
Project Assistant (novo posto)	Thais Barros	5	2019 a 2022	NPSA 9	R\$ 19.760,69
Assessor Técnico [Coordenação Geral] (novo)	Thandara Santos	5	2019 a 2022	NPSA 11	R\$ 29.472,31
Project Assistant (novo)	Thessa Carvalho	5	2019 a 2021	SB2	R\$ 3.925,04
Desenvolvedor Back-End (novo)	Torquato Neto	5	2019 a 2021	SB4	R\$ 14.419,84
Associado Técnico – Estratégia e	Valessio Brito	5	2019 a 2021	SB4	R\$ 10.993,79



Sustentabilidade (novo)					
Analista Programação Full Stack (novo)	Walter Sarmento	5	2019 a 2021	SB2	R\$ 3.925,04
Analista Programação Full Stack (novo)	Wesley Marra	5	2019 a 2020	SB5	R\$ 14.055,21
Assistente de Gestão e Ações Transversais	Winnie Alencar Farias	5	2019 a 2020	SB4	R\$ 11.814,79
Suporte à Gestão do Conhecimento	Yasmin Batista Peres	5	2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Coordenador Estadual - PB	Ana Maria Pereira	5	2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Assistente Técnico de Projetos de Tecnologia	Ana Teresa Iamarino – desligada para assumir novo cargo	5	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Desenvolvedor Back-end	Anderson Figueiredo	5	2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente Técnico para Implementação de Projetos Estaduais	André Lima	5	2022	UNV Jovem	R\$ 6.140,32
Coordenador Estadual - ES	Carlos Teixeira	5	2022	NPSA 9	R\$ 19.760,69
Coordenador Estadual - SC	Christiane Russomano Freire (desligada em Dezembro/2020)	5	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Coordenador Técnico – Eixo 2	Claúdio Silva – desligado em Dezembro/2020	5	2022	UNV Jovem	R\$ 6.140,32
Assistente Técnico de Projetos de Tecnologia	Daniel Rocha – desligado em Setembro/2020	5	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Desenvolvedor Front-end / Web Designer	Felipe Machado	5	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Coordenador Técnico Adjunto – Eixo 4	Fernanda Silva - desligada em Maio/2020	5	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Coordenador Estadual - PR	Flávia Kroetz desligada em Dezembro/2020	5	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Coordenador Estadual - PI	Gabriela Lacerda – desligada em Abril/2020	5	2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51



Coordenador Estadual - RS	Isabel Oliveira - desligada em Dezembro/2020	5	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Assessor Sênior (postos descontinuado)	Luana Silva – desligada em Agosto/2020	5	2022	UNV Especialista	R\$ 7.675,42
Assistente Técnico de Projetos de Tecnologia	Luiz Scudeller- desligado em Janeiro/2020	5	2022	NPSA 4	R\$ 9.670,33
Coordenador de Atividade (4.6)	Marcus Rito	5	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Coordenador Estadual - AL	Maria Edivânia Santos desligada em Dezembro/2020	5	2022	NPSA 3	R\$ 7.632,77
Coordenador Estadual - PE	Marília Cavalcanti – desligada em Abril/2020	5	2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Coordenador Estadual - DF	Michele Silva – desligada em Dezembro/2020	5	2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Coordenador Estadual - MT	Natália Ribeiro	5	2022	NPSA 4	R\$ 9.670,33
Coordenador Estadual - BA	Noelle Resende	5	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Coordenador Estadual - RJ	Paula Jardim - desligada em Dezembro/2020	5	2022	NPSA 4	R\$ 9.670,33
Coordenador Estadual - AM	Ricardo Peres da Costa - desligado em Dezembro/2020	5	2022	NPSA 8	R\$ 10.598,39
Assistente Técnico de Projetos de Tecnologia	Rodrigo Cerdeira – desligado para assumir novo cargo	5	2022	NPSA 8	R\$ 12.122,44
Coordenador Estadual - AP	Rogério Guedes - desligado em Dezembro/2020	5	2022	UNV Jovem	R\$ 6.140,32
Coordenador Estadual - SP	Tania Pinc – desligada em Junho/2020	5	2022	UNV Jovem	R\$ 6.140,32
Assessor Técnico (Especialista em Dados e Estatística)	Thais Duarte - desligada em Fevereiro/2020	1,2,3,4 e 4.6	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Estadual - GO	Vanessa da Silva	1,2,3,4 e 4.6	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Clerk	Fernanda Evangelista – desligada em Maio/2021	1,2,3,4 e 4.6	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73



Project Manager	Gehysa Garcia (desligada em 31/12/2021)	1,2,3,4 e 4.6	2020 a 2021	SB4	RS 13.421,96
Assistente de Comunicação e Advocacy	Iuri Torres – desligado em Junho/2021	1,2,3,4 e 4.6	2020 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Clerk	Jenieri Polachini – desligada em Abril/2021	1,2,3,4 e 4.6	2020 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Coordenador Técnico– Eixo 4	Alexander Vaz	1,2,3,4 e 4.6	2020 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Coordenador Regional RO	Arine Martins (desligada em 31/12/2022)	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	RS 15.806,74
Coordenador Estadual MA	Cláudia Gouveia	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Estadual RN	Daniela Rodrigues	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Especialista em Estratégias de Comunicação e Advocacy	Débora Zampier	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	RS 15.806,73
Coordenador Técnico – Eixo 1	Fabiana Leite	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Técnico – Eixo 3	Felipe Melo	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Estadual PA	Fernanda Almeida	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Técnico Adjunto - Eixo 2	Fernanda Givisiez	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Assistente Técnico de Projetos de Tecnologia	Flávia Franco Silveira	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	RS 15.806,73
Coordenador Estadual - TRF's	Gustavo Bernardes	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	RS 15.806,73
Especialista em Tecnologia da Informação	Hely Sousa	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Estadual SE	Isabela Cunha	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Especialista em Monitoração Eletrônica de Pessoas	Izabella Pimenta	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	RS 13.421,96
Coordenador Estadual MS	Juliana Resende	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	RS 14.419,84
Coordenador Estadual MG	Lucas Miranda	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	RS 14.419,84



Analista – Requisitos	Luciana Barros	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Coordenador de Equipes Estaduais	Luciana Melo	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Coordenador Estadual RJ	Mariana Leiras	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Assessor Jurídico	Mário Ditticio	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Project Assistant	Mayara Sena	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Coordenador Estadual CE	Nadja Bortolotti	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Coordenador Estadual AC	Pâmela Dias	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 12.202,00
Project Assistant	Polliana Alencar	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Coordenador Técnico Adjunto – Eixo 3	Pollyanna Alves	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Coordenador Técnico Adjunto – Eixo 1	Rafael Souza (desligado em 16/02/2022)	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 14.419,84
Assistente Técnico de Projetos de Tecnologia	Roberto Amado	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Desenvolvedor Back-end	Roger Gonçalves	1,2,3,4 e 4.6	2019 a 2020	SB4	R\$ 13.421,96
Assistente Técnico para Acompanhamento de Projetos de Cidadania e Garantia de Direitos para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional	Sandra Regina Andrade	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Adjunto	Talles Souza	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Geral	Valdirene Daufemback	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Estadual - ES	Carlos José Pinheiro Teixeira – desligado em Dezembro/2020	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Assistente Técnico – Implantação de Sistemas	Celena Souza - desligada em Dezembro/2020	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73



Coordenador Estadual - GO	Vanessa Bastos da Silva - desligada em Dezembro/2020	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Assistente Técnico – Implantação de Sistemas	Vilma Falcone – desligada em Dezembro/2020	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Coordenador Estadual – DF	Wellington Pantaleão - desligado em Dezembro/2020	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Assistente Técnico – Governança e Gestão (novo)	Ana Cardoso	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Especialista em Dados e Estatística – Mutirão Carcerário	Beatriz Rodrigues – desligada em Maio/2021	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Desenvolvedor Back-end (novo)	Cledson Junior	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Desenvolvedor Back-end	Joe Chaves – desligado em Outubro 2021	1,2,3,4 e 4.6	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Desenvolvedor Back-end (novo)	Joenio Costa	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assistente Técnico – Alternativas Penais	Julianne Melo dos Santos – desligada em Fevereiro/2021	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Auxiliar Técnico – Implantação de Sistemas	Karen Chaves - desligada em Janeiro/2021	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista de Quality Assurance	Kleiber Faria – desligado em Junho/2021	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Administrative Assistant	Marcela Helena Lopes da Silva de Moraes	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista de Requisitos (novo)	Maria Alves	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Coordenador Estadual – PI (novo - substituição)	Mariana Cavalcante Moura	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Especialista em Gestão e Implantação de Sistemas Informatizados	Rodrigo Cerdeira – assumiu novo cargo em Julho/2020	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 16.931,98
Assistente Técnico – Sistema Socioeducativo	Solange Pinto Xavier – desligado em Fevereiro/2021	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74



Implantação do SEEU (187 voluntários)	187 voluntários	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assistente Técnico – Coordenação Geral	Adrianna Silva	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assistente Técnico – Implantação de Sistemas	Alexandra Costa	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente Técnico – Coordenação Geral	Amanda Santos	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Especialista em Documentação Civil e Biometria	Ana Teresa Iamarino	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Especialista em Dados e Estatística	André Zanetic	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.140,56
Desenvolvedor Front-end	Antonio Pinto Junior	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista de Quality Assurance	Aulus Diniz	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Desenvolvedor Front-end	Carlos Sousa	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Desenvolvedor Back-end	Cristiano Pena	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente Técnico – Alternativas Penais	Ednilson Couto de Jesus Júnior	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente Técnico – Sistema Socioeducativo	Eduarda Lorena de Almeida	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 17.676,99
Desenvolvedor Front-end / Webdesigner	Gustavo Costa (desligado em 28/02/2022)	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 3	R\$ 7.283,18
Coordenador Estadual PE	Jackeline Florêncio	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,73
Analista de User Experience	Jéssika Lima	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assistente Técnico – Políticas de Cidadania	Juliana Garcia Peres Murad (desligada em 24/12/2022)	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 3	R\$ 7.283,18
Analista – Requisitos	Karla Luz	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,98
Assistente Técnico – Biometria e Documentação	Keli Rodrigues de Andrade (desligada em 09/06/2022)	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Desenvolvedor - Back-End	Marcel Phillippe Fonseca	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.140,56



Assistente Técnico – Governança e Gestão	Maria Emanuelli Miraglio (desligada em 21/04/2022)	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista Comunicação e Advocacy	Marília Mundim da Costa (desligada em 07/01/2022)	4 SEEU	2021 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.140,56
Coordenador Estadual BA	Mayesse Silva Parizi	4 SEEU	2021 a 2021	SB4	R\$ 14.419,84
Desenvolvedor Back-end	Neidijane Loiola	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Desenvolvedor Back-end	Rafael Ramos	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Desenvolvedor Back-end	Reryka Silva	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assistente Técnico – Implantação de Sistemas	Rose Santana (desligada em 30/09/2022)	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Especialista em Gestão da Informação	Sérgio Coletto	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente de Produtos Visuais	Tatiany dos Santos Fonseca (desligada em 05/08/2022)	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente Técnico – Biometria e Documentação	Thais Barbosa Passos	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Comunicação e Advocacy	José Lucas	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista – Requisitos	Vanessa Branco	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assistente Técnico – Biometria e Documentação	Virgínia Bezerra Betttega Popiel	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assistente Técnico – Biometria e Documentação	Vivian Murbach Coutinho	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista – Requisitos (novo)	Camila Primieri – desligada em Julho/2021	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 6	R\$ 12.092,51
Assistente Técnico (novo)	Janaina Homerin	4 SEEU	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Auxiliar – Comunicação (novo)	Lucas Ferreira – desligado em Agosto/2021	4 SEEU	2020 a 2021	SB4	R\$ 11.814,79
Rede de Atenção às Pessoas Egressas (RAESP)	Eduardo Novais de Souza	4 SEEU	2020 a 2021	SB4	R\$ 15.029,04
Expansão dos Escritórios Sociais	Ozias Ferreira da Silva	4 SEEU	2020 a 2021	SB4	R\$ 14.419,84



no estado do Rio de Janeiro					
Analista – Documentos	Alef Batista Ferreira	4 SEEU	2020 a 2021	SB4	R\$ 15.029,04
Desenvolvedor - Back-End	Alexandre Lovatini	4 SEEU	2020 a 2021	SB3	R\$ 5.773,42
Assistente Técnico	Ana Virginia Cardoso	4 SEEU	2020 a 2021	SB4	R\$ 14.419,84
Especialista - Engenharia de Software	Anderson Figueiredo	4 SEEU	2020 a 2021	SB4	R\$ 13.421,96
Analista - Q.A	André Moreira	4 SEEU	2020 a 2021	SB5	R\$ 14.055,21
Assessor Técnico	Andréa Guimarães	4 SEEU	2020 a 2021	UNV Comunitário	R\$ 224.400,00
Assessor Técnico	Ângela Paixão	4 SEEU	2020 a 2020	SB4	R\$ 10.993,79
Analista - Back-End	Angélica Santos	4 SEEU	2020 a 2020	SB4	R\$ 10.993,79
Analista - Q.A	Arletiane Azevedo (desligada em 01/05/2022)	4 SEEU	2019 a 2022	NPSA 10	R\$ 23.031,70
Analista - Back-End	Bruna Nascimento (desligada em 31/07/2022)	4 SEEU	2019 a 2022	NPSA 10	R\$ 23.031,70
Analista – Dados	Bruno Miranda (desligado em 17/10/2022)	4 SEEU	2019 a 2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista - Q.A	Clara Monteiro	4 SEEU	2019 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Arquiteto de Software	Cledson Alves Junior	4 SEEU	2019 a 2020	SB4	R\$ 15.029,04
Analista – Documentos	Cleide Cristiane da Silva Diniz	4 SEEU	2019 a 2020	SB4	R\$ 11.814,79
Analista - Q.A	Daniela Assunção	4 SEEU	2019 a 2020	SB4	R\$ 15.029,04
Assistente Técnico	Dillyane Ribeiro	4 SEEU	2019 a 2020	SB5	R\$ 14.055,21
Analista – Negócios	Edson Orivaldo Lessa Jr	4 SEEU	2019 a 2020	SB4	R\$ 11.814,79
Analista - Q.A	Elaine Santos	4 SEEU	2019 a 2020	SB4	R\$ 11.814,79
Analista de Requisitos	Elenilson Chiarapa	4 SEEU	2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Analista - Q.A	Erineia Silva	4 SEEU	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Especialista - Engenharia de Software	Felipe Machado	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74



Analista - Q.A	Fernanda Oliveira	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista - Q.A	Fernanda Ramos	4 SEEU	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Assessor Técnico	Flávia Ziliotto (desligada em 28/02/2022)	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Desenvolvedor - Back-End	Francisco Oliveira	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assessor Técnico	Gildo Joaquim	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assessor Técnico	Gustavo Carneiro	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista - UX	Inessa Luerce (desligada em 16/09/2022)	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista – Requisitos	Jamil Silva (desligado em 19/12/2022)	4 SEEU	2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Analista - Q.A	Jeferson Rodrigues	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista de Requisitos	Joana Darc Sousa (desligada em 08/04/2022)	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista – Segurança	João Batista Martins	4 SEEU	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista – DevOps	Jorge Silva	4 SEEU	2022	NPSA 9	R\$ 17.676,99
Assessor Técnico	Josiane Silva	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista – DevOps	Jucinei dos Santos	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista - Regulação de Vagas	Julia Abad	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista – UI	Leandro Celes	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Auxiliar – Comunicação	Leonam Bernardo	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Assessor Técnico	Lian Siqueira	4 SEEU	2022	NPSA 8	R\$ 15.806,74
Analista – LGPD	Lidiane Gomes	4 SEEU	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Especialista - Gestão Projetos de TI	Liliane Silva	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Auxiliar Técnico (novo)	Lunna Luz (desligada em 31/08/2022)	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Assistente Técnico	Marcela Elena Lopes da Silva de Moraes	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Assessor Técnico	Marcelo Chaves	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2021 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51



Analista – Requisitos	Marcelo Ramillo	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2020 a 2022	NPSA 8	R\$ 16.523,40
Analista – Requisitos	Maria Tereza Alves	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Coordenador Estadual PI	Mariana Moura	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2020 a 2022	NPSA 9	R\$ 17.676,98
Auxiliar Técnico (novo)	Martina Bitencourt (desligada em 31/08/2022)	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2020 a 2022	SB4	R\$ 12.706,79
Assessor Técnico	Mayara de Souza	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Especialista - Dados e Estatística	Natália Caruso Ribeiro	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2020 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Assistente Técnico	Natália Ribeiro	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2019 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Project Clerk	Paula Gontijo	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2019 a 2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista - Regulação de Vagas	Regina Lopes (desligada em 28/02/2022)	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2019 a 2020	SB4	R\$ 11.814,79
Assessor - Comunicação e Advocacy	Renata Assumpção	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2019 a 2020	SB5	R\$ 12.835,00
Analista – UX	Renata Martinez	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Desenvolvedor - Back-End	Rodrigo Adame	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista – Requisitos (novo)	Rodrigo Proença (desligado em 30/04/2022)	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista - Q.A	Rogério Santana	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Analista – Requisitos	Semilla Oliveira	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Project Clerk	Thais Barros (desligada em 03/05/2022)	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51



Assistente Técnico	Vivian Coelho	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Desenvolvedor - Back-End	Wellington Lira	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51
Assessor Técnico	Zuleica Garcia	4 (ATIVIDADE 4.6 - BIOMETRIA)	2022	NPSA 7	R\$ 14.238,51



Pessoa Física – IC²²

Objeto do Contrato	CONTRA-PARTE	CATEGORIA	EIXO	Data de Início	Data de Término	Valor contratado (BRL e USD)
Elaboração de insumos para produção do Guia de Promoção à Igualdade Racial, que será voltado aos serviços de acompanhamento às Alternativas ao Encarceramento Para tanto, a consultoria especializada deverá produzir 06 (seis) capítulos com temas previamente delimitados neste edital e o seu conteúdo integrará posteriormente a publicação supracitada.	Trícia Viviane Lima Calmon	IC	1 TED	24/09/2021	01/07/2022	R\$ 78.240,00
Consultoria Nacional Especializada para a elaboração de Levantamento sobre Propostas Legislativas no campo das Alternativas Penais – Finalizado em 31/07/2022	Leonardo Da Silva Santana	IC	1	07/04/2022	31/07/2022	R\$ 18.000,00
Consultoria Nacional Especializada para Elaboração de Anais do Fórum Nacional em Alternativas Penais –Fonape 2021 – Finalizado em 31/07/2022	Gustavo De Oliveira Antonio	IC	1	08/04/2022	31/07/2022	R\$ 24.300,00
Elaboração de Manual de Implantação de Núcleo de Atendimento Integrado a partir da revisão de "Guia Metodológico para implantação de Núcleos de Atendimento Integrado", incluindo o	Karine Shamash Szuchman	IC	2	20/08/2021	11/07/2022	R\$ 60.000,00

²² Valores referentes a rubrica 71300 do PTA (gasto).



desenvolvimento e execução de metodologias formativas correspondentes a este conteúdo.									
Consultoria Nacional Especializada para subsidiar elaboração de metodologia de enfrentamento ao estigma de pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias	Laura Dos Santos Boeira	IC	3	12/07/2021	31/12/2021	R\$ 50.050,00			
Elaboração de Guia com Estratégias de Incidência e Parametrização da Atuação das Equipes Psicossociais/Multidisciplinares – Aditivo extensão do prazo contratual e adequação do cronograma de entrega dos produtos.	Abigail Silvestre Torres	IC	5	16/07/2021	31/01/2023	RS 54.000,00			
Consultoria especializada para elaboração de programas/projetos de formação e aperfeiçoamento de magistradas(os) na temática da justiça juvenil e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) Finalizado em: 14/12/2022	Fernanda Lima	IC	2	23/05/2022	31/01/2023	R\$ 42.000,00			
Consultoria Especializada para elaborar orientação técnica para qualificar e incrementar o orçamento destinado para as políticas socioeducativas, em consonância com o princípio da prioridade absoluta – Finalizado em: 16/12/2022	Bruno De Sousa Oliveira	IC	2	05/08/2022	31/01/2023	RS 21.000,00			



<p>Contratar consultoria especializada para mapeamento/diagnóstico nacional das práticas existentes para tratamento das demandas relacionadas às pessoas em sofrimento psíquico em conflito com a lei; elaboração de modelo orientador com proposição de fluxo destinado ao tratamento e fomento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei alinhado à Lei 10216/2001, no âmbito do Poder Judiciário; e elaboração de Manual sobre o tema contendo o modelo orientador Finalizado em: 30/03/2022</p>	Daniel Adolpho Daltin Assis	IC	3	28/08/2021	30/03/2022	RS 18.540,00
<p>Consultoria Nacional Especializada para subsidiar elaboração de metodologia que considere as dimensões étnico-raciais e de gênero no atendimento a pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias.</p>	Emanuelle Freitas Goes	IC	3	10/12/2021	02/05/2022	R\$ 9.000,00
<p>Consultoria Nacional Especializada para a Elaboração de Documentos Técnicos da Visita de Correição ao Estado do Amazonas - Finalizado em: 30/07/2022</p>	Ana Claudia Nery Camuri Nunes	IC	3	18/04/2022	30/07/2022	R\$ 18.988,00



Consultoria Especializada para a Elaboração de Subsídios para Relatório de Visita de Inspeção no Estado do Ceará Finalizado em: 28/02/2022	Italo Barbosa Lima Siqueira	IC	5	17/12/2021	28/02/2022	R\$ 15.000,00
Consultoria Nacional Especializada para a Elaboração de Documentos Técnicos da Visita de Inspeção ao Estado do Amazonas – Finalizado em: 30/07/2022	Italo Barbosa Lima Siqueira	IC	3	18/04/2022	30/07/2022	R\$ 10.000,00
Consultoria Nacional Especializada para a Elaboração de Documentos Técnicos da Visita de Inspeção e Correição ao Estado do Pernambuco – Finalizado em: 31/10/2022	Catarina Pedroso	IC	3	22/07/2022	31/10/2022	R\$ 9.840,00
Contratar consultor especializado para Elaboração de Fichas Catalográficas/Preenchimento dos Formulários para Emissão de ISBN (International Standard Book Number) e respectivos códigos de barras relacionados ao programa Fazendo Justiça Os materiais seguem diferentes formatos: manuais, guias, cartilhas, publicações, pesquisas e informativos A modalidade será do tipo banco, a ser utilizado conforme demanda ao longo da execução do programa e de acordo com previsão detalhada a seguir.	Phillipe De Freitas Campos	IC	5	02/08/2021	01/08/2022	R\$ 3.296,19
Contratar profissional especializado(a) para revisar documentos técnicos e jurídicos traduzidos do inglês para o português e do português para o espanhol relativos a políticas públicas afetas ao sistema carcerário, penal e de execução de medidas socioeducativas no Brasil e outros países.	Elisa De Sousa Ribeiro Pinchermel	IC	5	13/10/2021	30/11/2022	R\$ 120.000,00



Contratar profissional especializado(a) para revisar documentos técnicos e jurídicos traduzidos do inglês para o português e do português para o inglês relativos a políticas públicas afetas ao sistema carcerário, penal e de execução de medidas socioeducativas no Brasil e outros países.	Helbisa Storniolo Adegas	IC	5	25/11/2021	31/08/2022	R\$ 12.000,00
Construção de diretrizes e orientações de cunho especializado visando à estruturação de práticas de atenção e apoio a vítimas de crimes e atos infracionais no poder judiciário Finalizado em: 12/11/2022	Natasha B R Elbas Neri	IC	5	12/11/2021	12/11/2022	RS 37.000,00
A consultora ou consultor contratado fará a análise das candidaturas recebidas em processos seletivos abertos pela Unidade de Gestão de Projetos Justiça 4.0 (UGP 4.0) e pela Unidade de Gestão Fazendo Justiça (UGP CNJ) para a contratação de Service Contracts que irão compor os quadros de seus projetos. Além de identificar as candidaturas inválidas, o consultor ou a consultora irá fazer o screening das candidaturas válidas e elaborar a longlist para cada uma das posições em aberto.	Nadia Freitas	IC	5	30/08/2021	31/12/2021	R\$ 5.390,00
Contratação de consultor(a) nacional especializado para apoio pedagógico em curso destinado a magistrados(as) do estado do Ceará	Juliana De Oliveira Carlos	IC	3	11/09/2022	15/05/2023	R\$ 14.000,00



Consultoria Nacional Especializada para tradução de documentos do idioma português para o inglês.	Eduardo Henrique Rossler Junior	IC	5	04/08/2022	10/04/2023	R\$ 8.440,00
Consultoria Nacional Especializada para tradução de documentos do idioma português para o espanhol.	Claudia Guadalupe Minera Castillo Ovelar	IC	5	31/08/2022	10/04/2023	R\$ 15.729,00
Consultoria para Produção de insumos destinados a subsidiar elaboração de manual para implementação de ocupação carcerária taxativa por meio da central de vagas penais	Julianne Melo Dos Santos	IC	5	02/06/2021	05/08/2021	R\$ 24.500,00



"Elaboração de Manual da Resolução CNJ nº 348 de 13/10/2020" do Conselho Nacional de Justiça	Raissa Carla Belintani De Souza	IC	1	20/11/2020	08/03/2021	R\$ 12.000,00
Elaboração do Manual para auxiliar magistrados(as) e demais servidores do Poder Judiciário, sobre diretrizes e procedimentos a serem observados para implantação da metodologia das audiências concentradas no âmbito do sistema socioeducativo.	Thaisi Bauer	IC	1	09/03/2021	10/08/2021	R\$ 24.998,40
Elaboração de manual para orientação de magistradas (os) sobre implementação e funcionamento de centrais de vagas para o sistema socioeducativo.	Leticia Godinho	IC	2	24/02/2021	11/06/2021	R\$ 25.000,00



Elaboração da Cartilha do empresárioado (título provisório), um guia para contratação de pessoas presas e egressas	Maria Edvânia Santos	IC	3	14/04/2021	23/05/2021	R\$ 26.100,00
Estrutura pedagógica no formato exigido pela Escola de Ensino à Distância que irá abrigar o curso + Documento de apresentação de ementa detalhada, plano de ensino e planos de aulas, conforme modelos exigidos pela Escola de Ensino à Distância que irá abrigar o curso, devendo constar definição, apresentação do conteúdo de forma detalhada, referências bibliográficas e materiais complementares, que devem contemplar formas criativas e lúdicas de conteúdo, tais como charges e filmes e que deverá ser validado com a equipe do Fazendo Justiça.	Samuel Malafaia Rivero	IC	3	18/03/2021	18/05/2021	R\$ 25.542,45
Atualização da Cartilha da Pessoa Presa publicada pelo Conselho Nacional de Justiça, expandindo seu conteúdo para abarcar também a pessoa egressa do Sistema Prisional, com inclusão de novos atos normativos, práticas e discussões atuais, que deverá ser validada com a equipe do Fazendo Justiça.	Paula Jardim	IC	3	15/05/2021	11/06/2021	R\$ 26.200,00



<p>Estrutura pedagógica no formato exigido pela Escola de Ensino à Distância que irá abrigar o curso + Documento de apresentação de ementa detalhada, plano de ensino e plano de aula, conforme modelos exigidos pela Escola de Ensino à Distância que irá abrigar o curso, devendo constar definição, apresentação do conteúdo de forma detalhada, referências bibliográficas e materiais complementares, que devem contemplar formas criativas e lúdicas de conteúdo, tais como charges e filmes e que deverá ser validado com a equipe do Fazendo Justiça.</p>	<p>Manuela Valença</p>	<p>IC</p>	<p>3</p>	<p>15/03/2021</p>	<p>31/05/2021</p>	<p>R\$ 18.000,00</p>
<p>Conferência in loco dos equipamentos adquirido via processo de compras GP500451-2. Kits Biométricos (BATCH 1) - Fingerprint; Light rings; Sign Pads; Back Drop, Camera, Tripod, Tomada, USB.</p>	<p>Luciano Dias Tourinho</p>	<p>IC</p>	<p>4.6</p>	<p>04/02/2021</p>	<p>03/06/2021</p>	<p>R\$ 25.000,00</p>
<p>Consultoria especializada para mapeamento das funcionalidades necessárias ao desenvolvimento de um sistema nacional de execução eletrônica, para as alternativas penais e monitoração eletrônica, em todas as fases processuais: o produto envolve a produção de elementos técnicos e tradução dos pontos metodológicos essenciais para o acompanhamento das alternativas penais e monitoração eletrônica em todas as fases processuais</p>	<p>Paula Ballesteros</p>	<p>IC</p>	<p>SEEU</p>	<p>10/04/2020</p>	<p>10/05/2020</p>	<p>R\$ 24.777,00</p>



<p>Apio ao processo de aquisição de equipamentos para a Biometria (KitBio), compreendendo apoio a todas as atividades do processo (Comitê de avaliação das propostas, reunião com as proponentes, validação dos equipamentos), assessorando tecnicamente os procedimentos e sugerindo revisões e melhorias durante todo o processo de execução até a contratação do proponente melhor classificado, inclusive, recomendações para o contrato e a sua execução.</p>	Diogo Garcia	IC	4.6	27/08/2019	27/02/2020	R\$ 18.480,00
<p>Prestação de serviços de Design Gráfico para produtos visuais do programa Justiça Presente.</p>	Flávio Altoe	IC	5	06/11/2019	30/07/2021	R\$ 55.920,00
<p>Elaboração de Termo de Referência: TOR de para aquisição de equipamentos, software e banco de dados e uma versão preliminar de TR de Outsourcing.</p>	Erica Massimo Machado	IC	4.6	27/03/2019	29/07/2019	R\$ 14.480,00



Elaboração de manual voltado à orientação dos tribunais e magistrados quanto à implementação das medidas previstas na Resolução CNJ 287, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário	Raquel Lima	IC	3	01/08/2019	15/09/2019	R\$ 15.560,00
Desenvolvimento de plano de formação que permita a adaptação do material de referência, desenvolvido para a gestão prisional, para utilização como metodologia de atendimento de pessoas egressas, enfatizando o desenvolvimento de profissionais dos Poderes Executivo e Judiciário para adoção da metodologia de singularização nos Escritórios Sociais e demais serviços de atenção às pessoas egressas;	Thais Pavez	IC	3	01/08/2019	20/11/2019	R\$ 18.000,00
Revisão técnica da minuta de termo de referência para contratação de solução biométrica, com ênfase em aspectos técnicos da solução tecnológica a ser contratada. A revisão contemplará sugestões cabíveis de aprimoramento do documento (descrição dos equipamentos solicitados, requisitos de teste e entrega etc.), que possam auxiliar na precisão do termo de referência e no entendimento pelos licitantes, assim como colaborar para o êxito da licitação, com preservação dos princípios de transparência e ampla concorrência.	Diogo Garcia	IC	4.6	06/08/2019	22/08/2019	R\$ 2.400,00



Atuação, em conjunto com DPJ e com equipes do DMF e Justiça Presente, na (re)definição metodológica e do desenho da pesquisa, levantamento bibliográfico, análise e interpretação de dados extraídos dos sistemas e elaboração de relatório final de pesquisa sobre reentrada no sistema socioeducativo e sistema prisional	Fernanda Lima	IC	2	21/11/2019	19/02/2020	RS 16.000,00
Elaboração de materiais gráficos para comunicação/divulgação do programa	Ana Pontes	IC	5	05/06/2019	04/10/2019	RS 3.000,00
Tradução português-espanhol sumário executivo do Justiça Presente	Enrique Villamil Famiglietti	IC	5	26/08/2020	14/09/2020	RS 1.506,33



Tradução português-inglês sumário executivo do Justiça Presente	Flávia Westphalen	IC	5	26/08/2020	14/09/2020	R\$ 900,79
Tradução emergencial do Termo de Referência para o processo de aquisição dos Kits Biométricos	Flávia Westphalen	IC	4.6	16/07/2019	21/08/2019	R\$ 3.802,08
Consultoria para levantamento de teses e jurisprudências para as estratégias raciais do Programa Justiça Presente	Silvia Virginia de Souza	IC	5	20/05/2020	03/11/2020 (distrato contratual)	R\$ 9.663,26



Produção de subsídios para a elaboração do Manual de Gestão dos Escritórios Sociais	Marial Palma Wolf	IC	3	06/04/2020	06/06/2020	R\$ 13.460,00
Elaboração de metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas do sistema prisional	Marial Palma Wolf	IC	3	16/07/2019	17/01/2020	R\$ 50.000,00
Elaboração de guia orientativo com parâmetros para avaliação pelo poder judiciário do plano individual de atendimento (PIA) e das medidas socioeducativas	José Fernando da Silva	IC	2	20/07/2020	10/12/2020 (distrato)	R\$ 8.136,00



Sistematização de orientação para a obtenção de ISBN, e de respectivo código de barras, junto à Câmara Brasileira do Livro. O produto deverá incluir o preenchimento de formulários, a elaboração das fichas catalográficas e a sistematização de fluxos e de informações necessárias para o acompanhamento das solicitações via sistema - 30 Publicações (impresso e digital)	Filipe de Freitas Campos	IC	5	02/08/2021	01/08/2022	R\$ 2.469,00
Consultoria especializada para a elaboração de Guia Metodológico de Implantação de Implantação de Núcleos de Atendimento Integrados, incluindo o desenvolvimento e execução de metodologias formativas correspondentes a este conteúdo.	Pedro Pereira	IC	2	16/07/2020	11/12/2020 (distrato contratual)	R\$ 12.195,00
Consultoria especializada para desenvolvimento de metodologia, estratégias e ações voltadas para a implantação de Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, incluindo a elaboração e execução de metodologias formativas correspondentes a este conteúdo.	Cecília Froemming	IC	2	09/07/2020	09/04/2021	R\$33.000,00



<p>Technical advice supporting to revision of the hardware minimum requirements in terms of performance, quality, spares, connectivity, etc under process of Long-Term Agreement to acquisition Inmate biometric Registration. Project BRA/18/019</p>	Mohamed Chahine Hamila	IC	4.6	29/01/2020	29/03/2020	USD 4.000,00
<p>Contratação de consultoria técnica de apoio aos escritórios do PNUD no Brasil e em Copenhagen (PSU) referente ao processo de aquisição de equipamentos para a Biometria (KitBio), compreendendo apoio a todas as atividades do processo (Avaliação técnica das propostas, contratação, Garantia de Qualidade e integração de sistemas), assessorando tecnicamente os procedimentos e sugerindo revisões e melhorias durante todo o processo de aquisição até a contratação do proponente qualificado, incluindo recomendações para a integração e sua execução.</p>	Mohamed Chahine Hamila	IC	4.6	07/05/2020	31/12/2020	USD 20.800,00
<p>Documento contendo script das aulas no formato exigido pela Escola de Ensino à Distância que irá abrigar o curso, incluindo descrição de perfil dos docentes para cada aula, devendo a entrega ser validada com a equipe do Fazendo Justiça.</p>	Natália Caruso Theodoro Ribeiro	IC	3	10/05/2021	14/06/2021	R\$ 23.250,00



Elaboração da estrutura do Manual contendo indicação de fontes e metodologia de trabalho para a elaboração do Manual, proposta de sumário, minuta do Manual, indicadores para monitoramento do cumprimento da Resolução e indicação dos pontos a serem complementados e melhorados para a segunda entrega (entrega final), que deverá ser validado com a equipe do DMF e Fazendo Justiça	Bruna Angotti	IC	1,2,3	19/03/2021	11/06/2021	R\$ 16.000,00
Contratação de Consultoria Nacional Especializada para a Elaboração de Manual sobre atuação judicial em relação ao Plano Individual de Atendimento Socioeducativo (PIA) – Eixo 2: Socioeducativo	Aline Matheus Veloso	IC	2	22/11/2021	31/12/2021	R\$ 24.000,00
Elaboração de termo de referência para a contratação de empresa desenvolvedora de solução tecnológica para melhoria da tramitação eletrônica de processos de apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa.	Leonardo Lucas Ribeiro	IC	2	09/04/2021	10/06/2021	R\$ 18.000,00



ELABORAÇÃO DE SUMÁRIO EXECUTIVO DO PESQUISA EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS	Michele Duarte Silva	IC	1 TED	05/07/2021	12/08/2021	R\$ 10.220,00
O objetivo desta contratação é fornecer o suporte técnico e expertise necessários na área de vistoria, certificação dos itens que compõe o kit biométrico para subsidiar as ações de pagamento, devido ao alto valor envolvido. Além disso, garantir a conformidade da estratégia de compra de equipamentos do Kit de Registro Biométrico para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	Luciano Dias Tourinho	IC	4.6	15/07/2021	30/09/2021	R\$ 11.340,00
Consultoria para Produção de Documento Orientador sobre Comitês de Políticas Penais – Eixo 5: Gestão eficiente e gestão do conhecimento do projeto –	Luiz Antonio Bogo Chies	IC	5	05/08/2021	31/10/2021	R\$ 18.785,00



<p>Elaboração de manual voltado à orientação dos tribunais e magistrados quanto à implementação das medidas previstas na Resolução Nº 405 de 06/07/2021, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, e que estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica.</p>	<p>Viviane Balbuglio</p>	<p>IC</p>	<p>5</p>	<p>23/08/2021</p>	<p>22/12/2021</p>	<p>R\$ 18.000,00</p>
<p>O objetivo do presente de instrumento é a seleção/contratação de consultoria técnica de apoio ao processo de aquisição de equipamentos para a Biometria (KitBio), compreendendo atividades de controle de conformidade dos equipamentos que são parte de processo de compras, oferecendo subsídio técnico. Finalizado em 03/2021</p>	<p>Ricardo De Queiroz</p>	<p>IC</p>	<p>4</p>	<p>19/02/2021</p>	<p>01/03/2021</p>	<p>R\$ 4.480,00</p>
<p>Serviço pontual de assessoria técnica para elaboração do termo de referência de Armazenagem e Logística de kits biométricos</p>	<p>Rafael Rosa De Almeida</p>	<p>IC</p>	<p>4.6</p>	<p>01/05/2020</p>	<p>01/07/2020</p>	<p>R\$ 5.000,00</p>



Elaboração de Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil no âmbito do Sistema de Justiça, centrado na atuação dos (das) magistrados (as).	Maria Gorete Marques De Jesus	IC	2	10/02/2021	30/12/2021	R\$ 50.000,00
Contratação de consultoria para a realização de levantamento nacional sobre a atuação dos serviços de alternativas penais no contexto da Covid-19. Aditivo II para extensão do prazo contratual para possibilitar a análise e eventual solicitação de ajustes ao último produto. Sem alteração do valor.	Thais Lemos	IC	1	19/08/2021	31/01/2022	R\$ 24.700,00
Contratação de Consultoria para ilustração de publicações sobre Políticas de Cidadania.	Cristiano Silva De Oliveira	IC	3	11/10/2021	31/01/2022	R\$ 7.365,00



Elaboração e implementação de estratégia de mobilização de parcerias estratégicas e de recursos para o fundo "Mais Justiça".	Elisa Natola	IC	5	07/10/2020	29/07/2022	R\$ 144.000,00
Elaboração de Manual de diretrizes e práticas para produzir subsídios direcionados ao fortalecimento da atuação dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs) Para tanto, sistematizará as melhores práticas e estruturas de atuação, proporá novas práticas baseadas em evidências e resultados, em conformidade com as competências normativas previstas para a atuação dos GMFs.	Maria Gabriela Viana Peixoto	IC	5	16/07/2021	21/11/2022 (Distrito Contratual)	R\$ 36.000,00
Consultoria IC para Subsidiar Elaboração de Manual de Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade – Eixo 3	Eduardo Fernandes	IC	3	26/10/2020	30/03/2021	R\$ 16.000,00



Consultoria Nacional Especializada para Apoio Técnico ao Grupo de Trabalho de Alternativas Penais	Julianne Melo Dos Santos	IC	1	03/06/2022	Em andamento	R\$ 54.630,00
Consultoria Nacional Especializada para Elaboração de Manual de Inspeção Judicial em Programas de Atendimento Socioeducativo e de Orientação Técnica sobre Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (Chiups) Vigência até 31/01/2023	Natália Martino	IC	2	11/04/2022	Em andamento	R\$ 44.010,00
Consultoria Nacional Especializada para Elaboração de Manual de Atenção em Saúde Mental no Sistema Socioeducativo Vigência até: 26/05/2023	Michele Duarte	IC	2	28/10/2022	Em andamento	R\$ 38.000,00
Consultoria Nacional Especializada para elaborar um Segundo Panorama de Custos da Política Prisional Vigência até: 17/04/2023	Pedro Henrique Melo Albuquerque	IC	5	18/10/2022	Em andamento	R\$ 80.000,00
Avaliação de Meio termo do BRA/18/019 – Programa Fazendo Justiça Vigência até 28/02/2023	Mariana Kiefer Kruchin	IC	5	11/04/2022	Em andamento	R\$ 23.520,00



Consultoria Nacional Especializada para construção de subsídios com vistas à qualificação das perícias criminais no país de forma autônoma e imparcial Vigência até: 31/07/2023	Flávia Medeiros Santos	IC	5	14/06/2022	Em andamento	R\$ 40.725,00
---	------------------------	----	---	------------	--------------	---------------

Pessoa Jurídica²³

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	INSTITUIÇÃO	PRODUTO	Data de início	Data de Término	VALOR (R\$)
Contratação de empresa para armazenamento de materiais gráficos do Programa Fazendo Justiça para disseminação nacional	Cidade Gráfica e Editora	1	18/05/2022	25/07/2022	2.500,00
Contratação de empresa para distribuição de equipamentos no âmbito do BRA/18/019	DHL EXPRESS	4.6 e 5	24/05/2022	05/07/2022	1.288,86

²³ Valores referentes as rubricas 71200/72200/72400/72800/74200 do PTA (gastos)



Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de design gráfico para produtos visuais do programa fazendo justiça	FAROL ESTRATÉGIAS EM COMUNICAÇÃO LTDA	5	11/08/2022	06/12/2022	13.396,00
Contratação de empresa para suporte à disseminação de materiais gráficos produzidos no âmbito do projeto	GRÁFICA IDEAL	1.2.3 e 4	18/05/2022	29/06/2022	46.215,54
Emissões de ISBN (International Standard Book Number) para lançamento de produtos de conhecimento no âmbito do projeto BRA/18/019 Finalizado	CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO	1.2.3 e 5	25/05/2022	01/06/2022	2.668,00
Serviços especializados para tradução de documento do Projeto BRA/18/019 do idioma português para o idioma inglês e para o idioma espanhol. Finalizado	CENTRAL DE TRADUÇÕES E GLOBAL LANGUAGES	5	13/06/2022	27/07/2022	1.281,00
Aquisição de dois Notebooks e seus Assessorios	DELL COMPUTADO RES DO BRASIL LTDA	5	20/01/2022	25/07/2022	21.369,29



Serviços de distribuição de materiais gráficos. no âmbito do Projeto BRA/18/019. Finalizado.	MACALE TRANSPORTE E COMERCIO -EIRELI -ME	1.2.3 e 4.6	18/07/2022	30/12/2022	337.455,00
Assinatura anual online do Jornal Folha de SP - monitoramento de impacto de disseminação das ações do projeto Fazendo Justiça	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A	5	05/12/2020	30/07/2023	3.499,00
Assinatura anual online do Jornal O Globo - monitoramento de impacto de disseminação das ações do projeto Fazendo Justiça	EDITORA GLOBO S/A- JORNAL O GLOBO	5	01/06/2020	25/07/2023	418,80
Assinatura anual online do Jornal O Estado de SP - monitoramento de impacto de disseminação das ações do projeto Fazendo Justiça	O ESTADO DE SÃO PAULO S/A	5	13/10/2020	30/07/2023	236,60
Assinatura anual online do Jornal Valor Econômico - monitoramento de impacto de disseminação das ações do projeto Fazendo Justiça	EDITORA GLOBO S/A- JORNAL VALOR ECONÔMICO	5	29/04/2020	29/04/2023	586,80
Para envio de documentos e materiais gráficos do Programa Fazendo Justiça - BRA/18/019	CORREIOS	1.2.3.4.6 e SEEU	05/09/2022	30/07/2023	50.000,00



<p>Serviços de produção de registros fotográficos e em vídeo de ações do Projeto Fazendo Justiça.</p>	<p>ISABELLA SANTOS LANAVE</p>	<p>5</p>	<p>25/08/2022</p>	<p>31/01/2023</p>	<p>20.250,00</p>
<p>Contratar empresa especializada na prestação de serviços de Impressão Gráfica com fins de impressão de produtos relacionados ao programa Fazendo Justiça</p>	<p>GRAFICA E EDITORA IDEAL EIRELI</p>	<p>Todos</p>	<p>03/11/2021</p>	<p>Em andamento</p>	<p>1.290.367,00</p>



<p>Contratar empresa especializada na prestação de serviços de Diagramação/Edição de produtos gráficos relacionados ao programa Fazendo Justiça</p>	<p>GRAFICA E EDITORA IDEAL EIRELI</p>	<p>Todos</p>	<p>03/11/2021</p>	<p>03/02/2023</p>	<p>100.920,60</p>
<p>Contratar empresa especializada na prestação de serviços de Revisão de português de produtos relacionados ao programa Fazendo Justiça</p>	<p>TIKINET EDICAO LTDA</p>	<p>Todos</p>	<p>03/11/2021</p>	<p>Em andamento</p>	<p>82.752,00</p>



<p>Contratação de serviços para produção e realização de aproximadamente 20 (vinte) ações de formação e/ou webinários com atividades simultâneas ao vivo, que ocorrerão no período de 1 ano, incluindo apoio técnico (host) em gerenciamento de encontros para até 300 (trezentas) pessoas por sessão e em salas para realização de reuniões em plataformas virtuais.</p>	<p>PORTO'S INFORMATICA LTDA</p>	<p>Todos</p>	<p>24/05/2022</p>	<p>Em andamento</p>	<p>188.750,00</p>
<p>Contratação de empresa de transporte aéreo e terrestre para de envios pontuais em território nacional no âmbito do Programa Fazendo Justiça (BRA/18/019)</p>	<p>CARGOFLEX SOLUÇÕES LOGISTICAS EIRELI</p>	<p>Todos</p>	<p>04/10/2022</p>	<p>Em andamento</p>	<p>360.000,00</p>
<p>Aquisição de plano PRO para utilização do projeto em reuniões com estados e demais eventos conforme necessidade</p>	<p>ZOOM</p>	<p>5</p>	<p>25/11/2019</p>	<p>25/11/2020</p>	<p>USD 1.279,00</p>



Aquisição de HDs externos para utilização no SEEU e UGP	Cel Tecnologia da Informatica	4	24/10/2019	21/01/2020	9.486,00
Prestação de serviços de impressão	Tecnoset	5	14/05/2019	05/02/2020	8.062,50
Aquisição de mobiliário essencial para implantação piloto de Escritórios Sociais	Só escritório Comércio de Móveis e Equipamentos Eireli/ Eleganza Ind/ Art Stilo/ Multifiltro/ Kalunga/ Papelaria e Livraria Risk LTDA/ Tecno 2000/Bazar das Artes Papelaria	5	25/03/2019	04/12/2020	322.233,03
Aquisição de equipamentos para implantação piloto da unidade de Escritório Social de 9 UFs	Microtecnica Informatica Ltda	3	04/09/2020	15/12/2020	337.667,00



Impressão de materiais referentes ao SEEU	Cidade Gráfica e Editora LTDA/ HBL Carimbos e Placas LTda	SEEU	18/06/2019	18/03/2020	3.670,00
Aquisição de notebooks e acessórios	DELL	5	17/06/2019	31/12/2019	56.821,00
Materiais para participantes dos eventos "Encontro Regional de formação para metodologia do Escritório Social" em Boa Vista, Teresina e João Pessoa	Elite Gráfica e Comércio	3	20/10/2020	20/11/2020	33.885,00
Materiais para participantes dos eventos "Encontro Regional de formação para metodologia do Escritório Social" em Curitiba e Vitória, Reunião de planejamento do projeto e "Encontro de capacitação dos Coordenadores Estaduais".	Premier Eventos/ Monjolo	3	11/02/2019	18/10/2019	10.929,85
Realização de filmagem e captação de áudio referente a aplicação de roteiro de entrevista	Saturno Digital	3	28/11/2019	15/12/2019	650,00



Impressão de relatório de gestão referente ao Fazendo Justiça	Athalaia Gráfica e Editora	Todos	07/08/2020	20/09/2020	24.597,60
Tradução, do português para o inglês, dos Termos de Referência: 1) TR Outsourcing e Equipes Biometria; 2) TR Aquisição Biometria	Dalva Aguiar Nascimento ME	4,6	02/05/2019	12/06/2019	1.745,28
Prestação de serviços de Editoração e Diagramação de 47 produtos gráficos relacionados ao programa Justiça Presente.	Sense Design & Comunicação	5	15/09/2019	30/06/2021	124.250,00



<p>Tradução, do português para o inglês, dos Termos de Manifestação de Interesse nos processos: 1) JOF 818 – “Contratação de serviço de outsourcing (equipamentos de tecnologia da informação e de hardware específico de coleta datiloscópica)”; 2) JOF 819 – “Aquisição de solução para a realização de coleta de dados biográficos e biométricos (datiloscópicos) e captura de imagem por fotografia de pessoas privadas de liberdade (provisórias ou condenadas)”</p>	Orient-se Produções LTDA	4.6	15/03/2019	21/03/2019	385,00
---	--------------------------	-----	------------	------------	--------



Prestação de serviços de Revisão do português de 47 produtos relacionados ao programa Justiça Presente.	Orient-se Produções Ltda	5	18/09/2019	18/09/2021	49.680,00
Impressão de Relatório Justiça Presente	Qualytá Gráfica e Editora	5	23/10/2020	04/11/2020	20.130,00



<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Impressão Gráfica, com fins de impressão de 51 produtos gráficos relacionados ao programa Justiça Presente.</p>	<p>Qualytá Gráfica e Editora</p>	<p>Todos</p>	<p>01/11/2019</p>	<p>01/11/2021</p>	<p>517.141,00</p>
<p>Adesão ao serviço de Assessoria Aduaneira. Desembarço aduaneiro de carga.</p>	<p>WEGH Assessoria Aduaneira</p>	<p>4,6</p>	<p>20/01/2020</p>	<p>27/10/2021</p>	<p>354.540,00</p>



Contratar empresa especializada na prestação de serviços de Revisão do português de 47 produtos relacionados ao programa Justiça Presente.	ORIENTSE PRODUÇÕES LTDA	Todos	18/09/2019	12/11/2021	49.680,00
TRADUÇÃO SIMULTANEA - MISSÃO NY - disseminação internacional do programa Fazendo Justiça	Ubiquos Reporting Inc	5	02/12/2021	15/12/2021	USD 6450,00
TRADUÇÃO SIMULTANEA - MISSÃO Washington- DC - disseminação internacional do programa Fazendo Justiça	Global Communicatios Group, Inc.	5	02/12/2021	15/12/2021	USD 9730,00
Aquisição Kits Biométricos	CANCOM	4,6	27/10/2020	09/08/2021	USD 3.524.314,00
Prestação de serviços de impressão	TECNOSET	5	06/06/2019	15/04/2021	4.234,16
Aquisição de equipamentos para equipe do projeto	DELL COMPUTADORES DO BRASIL	5	22/04/2021	03/05/2021	7.048,52
Serviços de armazenagem com seguro em Brasília, separação e montagem de kits biométricos, preparação dos volumes transportáveis, e transporte aos destinos designados também com seguros	VTC Operadora Logística LTDA	4,6	04/12/2020	30/06/2021	669.147,12
Prestação de serviços de tradução de texto do/para os idiomas português, inglês e espanhol, para os documentos "Internacionalização e ações de proteção aos Direitos Humanos"	DALVA AGUIAR NASCIMENTO ME	5	09/06/2021	28/02/2022	376.320,00



Cartas de Acordo²⁴

Objeto da Parceria	Parceiro	Tipo de Acordo	Produto do projeto	Data de início	Data de Término	Valor contratado (BRL e USD)
Promover a expansão, internacionalização e interiorização qualificada da Audiência de Custódia de acordo com as diretrizes internacionais dos parâmetros nacionais e com a Resolução 213/2015 do CNJ em 25 Unidades da Federação, buscando aprimorar processos decisórios, o controle da legalidade, a implementação de resoluções temáticas, a garantia de proteção social, bem como a identificação e documentação civil na porta de entrada da justiça criminal	UNODC	UN-TO-UN	1	22/03/2019	31/12/2021	USD 2.467.617,07

²⁴ Valores referentes as rubricas 71200 do PTA (gastos), sendo que alguns contratos não foram totalmente desembolsados.



Realização de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre a monitoração eletrônica de pessoas, abarcando, preferencialmente, uma Unidade Federativa por região do país.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	ACORDO DE INSTITUIÇÃO PARCEIRA	1	09/07/2019	15/03/2021	R\$ 325.597,77
---	---	---------------------------------------	---	------------	------------	----------------



<p>A parceria busca, essencialmente, criar e desenvolver canais de diálogo do Sistema Judiciário com o Sistema de Segurança Pública, bem como desenhar estratégias de disseminação e documentação de procedimentos que ajudem a aperfeiçoar a articulação entre estes setores, a partir da escuta dos gestores e profissionais de segurança sobre gargalos institucionais e normativos que dizem respeito ao dia-a-dia da relação das Polícias com o Poder Judiciário. Em suma, buscar-se-á desenvolver diagnósticos e metodologias para o fortalecimento do diálogo e articulação entre o Poder Judiciário e o Sistema de Segurança Pública, bem como desenhar estratégias de disseminação e documentação de procedimentos que ajudem a aperfeiçoar a governança entre o Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública e que poderiam ser objeto de uma ação coordenada do Conselho Nacional de Justiça e demais Órgãos de Estado envolvidos.</p>	<p>Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)</p>	<p>ACORDO DE INSTITUIÇÃO PARCEIRA</p>	<p>1, 2 e 3</p>	<p>12/11/2019</p>	<p>30/10/2021</p>	<p>RS 1.188.580,00</p>
--	---	--	-----------------	-------------------	-------------------	------------------------



<p>A parceria será realizada no âmbito do Eixo 1 – Estratégia para a redução da Superlotação e Superpopulação carcerária no Brasil desenvolvida e implantada do projeto BRA/18/019, em articulação com o Eixo 2 – Fortalecimento do Sistema Socioeducativo, com a seleção de pessoas jurídicas públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, que tenham experiência na realização de práticas de Justiça Restaurativa, habilidade técnica e interesse para o estabelecimento de parceria com foco no desenvolvimento técnico-metodológico de práticas restaurativas, em Tribunais de Justiça de 10 (dez) Unidades Federativas (Estados e Distrito Federal).</p>	<p>Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP)</p>	<p>ACORDO DE INSTITUIÇÃO PARCEIRA</p>	<p>1 e 2</p>	<p>17/12/2019</p>	<p>30/08/2021</p>	<p>R\$ 844.334,49</p>
<p>Produzir um diagnóstico de alcance nacional; - Sistematizar um panorama nacional dos parâmetros adotados para a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), tal como introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13964/2019 e incorporado no Código de Processo Penal em seu artigo 28-A; - Proporcionar ao CNJ um conhecimento empírico a respeito da aplicação do ANPP que</p>	<p>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</p>	<p>CARTA ACORDO</p>	<p>1</p>	<p>25/10/2021</p>	<p>15/02/2023</p>	<p>R\$ 192.327,00</p>



<p>permita estabelecer uma linha de base para evoluções futuras Vigente até 15/02/2023</p>						
<p>A parceria será realizada no âmbito do Eixo 3 – Promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional e Socioeducativo, com a seleção de pessoas jurídicas públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, que tenham experiência na realização de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre esporte e lazer em ambientes de privação de liberdade e interesse para o estabelecimento de parceria com enfoque na elaboração, coordenação e execução de Censo Nacional de Esportes e Lazer no sistema prisional. Vigente até 28/02/2023</p>	<p>Terre des Hommes (TDH)</p>	<p>ACORDO DE INSTITUIÇÃO PARCEIRA</p>	<p>2 e 3</p>	<p>12/08/2021</p>	<p>28/02/2023</p>	<p>R\$ 563.500,00</p>



<p>A parceria será realizada no âmbito do Eixo 3 – Promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional e Socioeducativo, com a seleção de pessoas jurídicas públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, que tenham experiência na realização de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre leitura em ambientes de privação de liberdade e interesse para o estabelecimento de parceria com enfoque na elaboração, coordenação e execução de Censo Nacional de Leitura nos sistemas prisionais e socioeducativo. Vigente até 06/03/2023</p>	Universidade Católica de Pelotas (UCPel)	ACORDO DE INSTITUIÇÃO PARCEIRA	2 e 3	17/09/2021	31/03/2023	R\$ 675.625,00
--	--	---------------------------------------	-------	------------	------------	----------------



jurídicas públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, que tenham experiência na realização de práticas	Association for the Prevention of Torture (APT)	ACORDO DE INSTITUIÇÃO PARCEIRA	3	04/11/2021	Em andamento.	USD 103.871,89
Promover a expansão, internacionalização e interiorização qualificada da Audiência de Custódia de acordo com as diretrizes	UNODC	UN-TO-UN	1	11/01/2022	30/04/2023	USD 1.437.649,32



<p>internacionais dos parâmetros nacionais e com a Resolução 213/2015 do CNJ em 25 Unidades da Federação buscando aprimorar processos decisórios, o controle da legalidade, a implementação de resoluções temáticas, a garantia de proteção social, bem como a identificação e documentação civil na porta de entrada da justiça criminal</p>						
---	--	--	--	--	--	--



Contratos em andamento e/ou previstos (2023 e 2024)

Pessoa Física²⁵

Objeto da Consultoria	Produto do projeto	Quantidade de consultores	Período previsto para a duração do contrato	Valor total estimado dos serviços, por consultor (BRL)	TOTAL
Consultoria para fortalecimento da atuação das Equipes Psicossociais no âmbito do Poder Judiciário, nas áreas da execução penal, alternativas penais e execução de medidas socioeducativas	1 e 2	2	Máximo de 9 meses	80.000,00	160.000,00
Elaboração de estratégia de desenvolvimento de Gestão.	1	1	Máximo de 9 meses	85.000,00	85.000,00
Parametrização da tomada de decisão	5	2	Máximo de 9 meses	80.000,00	160.000,00
Consultoria no tema de Saúde Mental no sistema socioeducativo	3	2	Máximo de 9 meses	80.000,00	160.000,00
Ferramentas para fortalecimento da Gestão dos Escritórios Sociais	3	3	Máximo de 9 meses	80.000,00	240.000,00
Formações - Especialização e Formação continuada SINASE-	2	3	Máximo de 9 meses	80.000,00	240.000,00
Estudo sobre Alternativas Penais	1	2	Máximo de 9 meses	80.000,00	160.000,00
Articulação, acompanhamento e sistematização do Grupo de Trabalho de Alternativas Penais	1	3	Máximo de 9 meses	60.000,00	180.000,00

²⁵ Valores referentes a rubrica 71300 do PTA.



Material sobre reconhecimento facial	1	2	Máximo de 9 meses	100.000,00	200.000,00
Editoração e Gestão da Informação das ações do projeto	5	3	Máximo de 9 meses	80.000,00	240.000,00
Elaboração de manuais Marcadores Sociais da Diferença no sistema prisional	3	3	Máximo de 9 meses	60.000,00	180.000,00
Desenvolver metodologia, capacitar e atuar em conjunto com CNJ para implantação, monitoramento e avaliação de progresso e resultados da implantação da estratégia nas diferentes unidades da federação	1	5	Máximo de 10 meses	90.000,00	450.000,00
Desenvolver insumos e atuar em conjunto com o CNJ para garantir o fortalecimento das políticas, serviços e direitos no sistema prisional e socioeducativo	3	2	Máximo de 10 meses	80.000,00	160.000,00
Consultoria especializada em Avaliação Intermediária ações	5	2	Máximo de 6 meses	80.000,00	160.000,00
Consultoria para fortalecimento da gestão do conhecimento do Programa	5	1	Máximo de 10 meses	60.000,00	60.000,00
Manual inspeção judicial socioeducativo e preenchimento do CINIUSP	2	2	Máximo de 90 dias	60.000,00	120.000,00



Manual do Planos Individuais de Atendimento para Adolescentes internados no Socioeducativo	2	4	Máximo de 90 dias	70.000,00	280.000,00
Produção de conteúdo de ações de internacionalização do programa adaptação para traduções	5	2	Máximo de 90 dias	63.231,35	126.462,69
Suporte técnico especializado em ações de internacionalização do programa adaptação para traduções	5	2	Máximo de 90 dias	70.000,00	140.000,00
Assessoria técnica especializada em Redução da população carcerária; socioeducativo; garantia de direitos; SEEU; documentação e identificação civil e gestão de projetos.	1,2,3,4, 5	130	máximo de 18 a 24 meses	15.000,00	35.100.000,00
TOTAL EM BRL					38.601.462,69
TOTAL EM USD					7.688.002,93

Pessoa Jurídica²⁶

Objeto da Contratação	Elxo	Valor estimado (BRL)
Monitoramento de impacto de disseminação das ações do projeto Fazendo Justiça nos meios de comunicação nacionais	5	4.741,20

²⁶ Valores referentes as rubricas 71200/72200/72400/72800/74200 do PTA



Emissão de ISBN. Fichas catalográficas, código de barras para produtos de conhecimento do projeto	1 a 5	5.000,00
Garantia local e serviços de suporte técnico kit biométricos	4,6	1.500.000,00
Empresa especializada em produção e conteúdos digitais para disseminação de ações do projeto (gravação, montagem, edição de áudio)	5	300.000,00
Logística e distribuição de produtos de conhecimento	5	350.000,00
Audiovisual: vídeo consolidando as entregas do programa + vídeos instrucionais sobre o novo CNIUPS	5	335.367,00
Elaboração de material formativo e curso para jornalistas	5	300.000,00
Desenvolvimento de estratégia digital para disseminação de ações do projeto	5	300.000,00
Empresa especializada para certificação da capacidade real das unidades prisionais	5	1.432.000,00
Empresa especializada em Elaboração de cursos EADs	5	1.000.000,00
Elaboração de ferramenta de otimização da gestão	5	1.000.000,00
Contratação de Escola de Formação para desenvolvimento dos cursos: Inserção socio laboral; Raça/gênero; Estigma; Formação de Formadores.	3 e 5	1.000.000,00



Produzir insumos técnicos para o desenvolvimento de protótipo e outras funcionalidades para sistema a Plataforma Socioeducativa	2	2.000.000,00
Empresa especializada em adaptação para traduções inglês e espanhol com foco na internacionalização do Programa e disseminação dos resultados no âmbito da Cooperação Internacional	5	800.000,00
Empresa especializada em Formações para realização do FONAPE e Conferência Internacional sobre ME e Encontro Formativo sobre aprendizagem	1 e 2	1.000.000,00
Avaliação de impacto Programa Fazendo Justiça	5	1.000.000,00
Auditoria	5	150.000,00
Oficinas para intervenções culturais no sistema prisional e socioeducativo	2 e 3	229.026,81
Serviços específicos de empresa especializada presencial formativo sobre aprendizagem	1	1.000.000,00
Contratar empresa especializada na prestação de serviços divulgação de boas práticas do programa Fazendo Justiça	Todos	700.000,00
Contratar empresa especializada na prestação de serviços em diagramação de produtos de conhecimento.	Todos	80.000,00



Contratar empresa especializada na prestação de serviços de Revisão do português de produtos relacionados ao programa Fazendo Justiça	Todos	82.752,00
Contratação de serviços para produção e realização de aproximadamente 20 (vinte) eventos virtuais com atividades simultâneas ao vivo, que ocorrerão no período de 1 ano, incluindo apoio técnico (host) em gerenciamento de encontros para até 300 (trezentas) pessoas por sessão e em salas para realização de reuniões em plataformas virtuais, com apoio operacional, e criação de materiais de comunicação específicos para cada evento e registro	Todos	122.000,00
	TOTAL EM BRL	14.690.887,01
	TOTAL EM USD	2.925.888,67

Cartas de acordo²⁷

Objeto da Parceria	Produto do projeto	Parceiro	Valor estimado (BRL)
Reestruturação do Geopresídios de acordo com novos formulários	5	Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências implementadoras	2.000.000,00
Concurso Literário Socioeducativo	2	Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências implementadoras	900.000,00

²⁷ Valores referentes a rubrica 71200, somados aos valores de Pessoa Jurídica.



Desenvolvimento de campanha nacional de fomento à leitura e ao esporte e lazer em prisões	3	Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências implementadoras	900.000,00
Desenvolver estratégia e ações de disseminação do novo CNIUSP	3	Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências s	900.000,00
Criação de certificado de padronização do funcionamento dos Escritórios Sociais	3	Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências implementadoras	900.000,00
Parceria com ator estratégico para projeto piloto de adequação/adaptação do sistema de Direitos Humanos com foco no fortalecimento do Sistema prisional e socioeducativo no Brasil.	2,3 e 5	Organismos Internacionais, Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências implementadoras	2.300.000,00
Inspeção carcerária combate a tortura	1	Organismos Internacionais, Universidades Públicas e/ou processo de seleção público de agências implementadoras	103.871,89
TOTAL EM BRL			7.900.000,00
TOTAL EM USD			1.677.263,64



Anexo 4 – Plano de Monitoramento e Avaliação atualizado

De acordo com as políticas e procedimentos do PNUD, o projeto será monitorado e avaliado de acordo com o plano abaixo, considerando a extensão a nova extensão do prazo:

Atividade de Monitoramento	Frequência	Custo	Cronograma															
			Ano/mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Progresso dos Resultados	Trimestralmente	Vide plano de trabalho	2019			GR											RP/TPR	GR
Monitoramento e Gestão de Riscos	Trimestralmente	Vide plano de trabalho	2020			GR						GR					RP/TPR	GR
			2021			GR											RP/TPR	
			2022			GR	LA	AVA	AVA								RP/TPR	
			2023			GR											RP/TPR	
			2024			GR	LA	AVA	AVA								RP/TPR	
Legenda:			PR- Progresso dos Resultados															
			GR- Monitoramento e Gestão de Riscos															
			LA- Lições Aprendidas															



Qualidade do PNUD			QP- Revisão Anual da Qualidade do Projeto
Relatório de Progresso Apresentado ao Comitê do projeto mostrando os resultados atingidos em comparação às metas previstas, atualização da matriz de riscos e medidas de mitigação	Anualmente e ao final do projeto	Vide plano de trabalho	RP - Relatório de Progresso; TPR - Reunião Tripartite; Auditorias anuais poderão ainda ser realizadas no projeto, como definido pelas regras do PNUD.
Reunião Tripartite do Comitê do Projeto (PNUD, ABC e CNJ) Análise do desempenho do projeto, execução orçamentária, revisão do plano multianual, lições aprendidas.	Anualmente	Vide plano de trabalho	

Plano de Avaliação

Tipo de Avaliação	Parceiros	Resultado UNDAF/CPD	Ano de Finalização	Parceiros da Avaliação	Custo estimado	Fonte de Recursos
Sistematização de ações	N/A	5	2023	N/A	USD 50,000	Projeto
Avaliação Final	N/A	5	2024	N/A	USD 50,000	Projeto

Produtos Esperados	Atividades Indicativas	Indicadores de Produto*	METAS						Método de Coleta do dado	
			Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024		
			FINAL							
<p>2.10 Desenvolver metodologias, capacitar e atuar em conjunto com o CNJ para implantação de iniciativas em reconhecimento e avaliação de progresso e de resultados de atividades.</p> <p>2.11 Desenvolver e utilizar fóruns e realizar ações, em conjunto com o CNJ, para o fortalecimento das políticas, em promoção de inclusão e de garantia de direitos e de fortalecimento do canal e da participação social no sistema socioeducativo.</p>	<p>Sistema para forma processual e acompanhamento das medidas socioeducativas desenvolvido e implantado</p>	0%	20%	30%	50%	5%	100%	Relatório de progresso do projeto		
		27	0	0	3	0	0		57	
		17	10	0	0	0	0		27	
		0	0	0	1	0	0		1	
<p>Produto 3 - Subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional desenvolvido</p>	<p>3.1 Desenvolver reuniões e realizar ações, a luz das diretrizes do CNJ, para o fortalecimento das políticas, dos serviços e dos direitos no sistema prisional (trabalho, educação, saúde, cultura, assistência social, comunicação e contato com mundo exterior, participação e inclusão à sociedade, infraestrutura, tecnologia, segurança e outros) oferecida à pessoa egressa, ciente curada)</p> <p>3.2 Desenvolver reuniões e realizar ações, a luz das diretrizes do CNJ, para a qualificação do corpo de unidades prisionais em relação aos direitos das pessoas privadas de liberdade</p> <p>3.3 Desenvolver e disseminar, em conjunto com o CNJ, estratégia de fortalecimento do canal e da participação social, relacionados ao sistema prisional, e proporcionar ponteiros às comunidades carentes penitenciárias, civis e de rua e às associações, famílias, amigos, familiares, organizações do terceiro setor (ONGs, universidades, associação de famílias e esposas, e outras)</p> <p>3.4 Assessorar, fortalecer e atuar com o desenvolvimento do plano de fortalecimento dos Direitos de Fortalecimento e Pluralização do Sistema Carcerário (DFPSP), nos unidades de detenção, incluindo a participação do Inadeto em todo</p>	<p>Indicadores de Produto*</p> <p>Número de estudos realizados, com foco no fortalecimento das políticas de participação e controle social relacionadas ao sistema prisional e socioeducativo</p> <p>Número de parcerias estabelecidas das GAFs desenvolvidas</p> <p>Metodologias de inspeção prisional elaboradas e implementadas</p> <p>Metodologias dos Escritórios Sociais elaboradas e implementadas</p>	0%	20%	30%	50%	5%	100%	Relatório de progresso do projeto	
			27	0	0	3	0	0		57
			17	10	0	0	0	0		27
			0	0	0	1	0	0		1
<p>Produto 4 - Realizar diagnóstico de estado da execução penal, com levantamento de dados e acompanhamento das ações implementadas, com foco no estabelecimento de uma base para monitoramento e avaliação do projeto "Penas Inteligentes"</p> <p>4.1 Realizar diagnóstico de estado da execução penal, com levantamento de dados e acompanhamento das ações implementadas, com foco no estabelecimento de uma base para monitoramento e avaliação do projeto "Penas Inteligentes"</p> <p>4.2 Desenvolver metodologia, capacitar e atuar em conjunto com o CNJ para implantação de mecanismos e estratégias de progresso e resultados de projeto "Penas Inteligentes" nas diferentes unidades da federação</p>	<p>Indicadores de Produto*</p> <p>Número de oficinas de formação realizadas</p> <p>Número de unidades da federação com implantação/fortalecimento do SEPEI, incluindo, segundo metodologia do projeto "Penas Inteligentes"</p>	0%	20%	30%	50%	5%	100%	Relatório de progresso do projeto		
		27	0	0	3	0	0		54	
		20	7	0	0	3	3		27	
		0	4	1	2	1	1		9	

Produtos Esperados	Atividades indicativas	Indicadores de Produto*										Método de Coleta do dado
		Ano 2018	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	FINAL				
Produto 4 - Sistema eletrônico de execução unificado (SEEU) aprimorado, implantado, avaliado e disseminado em âmbito nacional	4.3 Desenvolver metodologias de formação de equipes e busca de implementação para disseminação nacional do SEEU, a partir das diretrizes fornecidas pelo CNJ.	0	29	3	0	0	0	22	Número de metodologias de implantação e formação que permitam a nacionalização do SEEU, elaboradas e implementadas.	Relatórios de progresso do projeto		
	4.4 Realizar, em conjunto com o CNJ, ações de capacitação de equipes nas unidades do Poder Judiciário para implantação e utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU).											
Produto 5 - Aperfeiçoamento das rotinas de serviço, gestão do conhecimento e transferência de conhecimento para a execução da metodologia do projeto realizadas	4.5 Contribuir com o CNJ e com as unidades da federação, inclusive quanto à capacitação, para a digitalização de agenda de execução penal em meio físico e para a implementação contínua de projetos.								Número de Estratégias de Identificação das Unidades e Pessoas Privadas de Liberdade Elaboradas e Implementadas.	Relatórios de progresso do projeto		
	4.6 Apoiar o CNJ nas ações voltadas à produção de documentação por das pessoas privadas de liberdade, inclusive com identificação biométrica ostensiva.											
	4.7 Apoiar o CNJ no desenvolvimento de protótipo de integração do BMAP 2.0 e do SISAAC ao SIEI, com a estratégia de interfaces de comunicação e implementação desses sistemas via administração penal-sistema para ser implantado pelo CNJ e pelas unidades de execução.	0	1	1	1	1	1	5				
	4.8 Apoiar o CNJ na elaboração de soluções à sustentabilidade, no desenvolvimento e na comunicação, respectiva de implantação do SEEU, bem como na garantia de sua interoperabilidade com outros sistemas informatizados.											
	4.9 Avaliar o CNJ na implementação de soluções necessárias para a implementação e sustentabilidade do SEEU.											
	4.10 Realizar integração/validação do teste de ocupação penal após implantação do projeto "Pena Unificada" de maior e possibilitar a abertura dos recursos eletrônicos.											
	4.11 Apoiar o CNJ no desenvolvimento, fortalecimento e disseminação nacional do novo sistema nacional de médicos socioeducativos.											
	4.12 Elaborar subsídios para o desenvolvimento de software, no âmbito do Pro Criminal, para integrações com os sistemas BMAP 2.0 e SISAAC, para a análise penal e o fluxo de atendimento de demandas penais, visando possível implementação nacional.	0	0,2	0,8	1	1	1	1				
	4.13 Apoiar o CNJ na extração de dados do sistema de execução penal e de medidas socioeducativas, visando a consolidação em bases de dados centralizadas.											
	5.1 Desenvolver plano detalhado de monitoramento e avaliação de projeto.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			Regras negativas, dos requisitos e das ferramentas que permitirão a integração e otimização do sistema BMAP 2.0, SISAAC e medidas socioeducativas desenvolvidas e implementadas.	Relatório de progresso do projeto
Produto 5 - Aperfeiçoamento das rotinas de serviço, gestão do conhecimento e transferência de conhecimento para a execução da metodologia do projeto realizadas	5.2 Desenvolver plano detalhado de monitoramento e avaliação de projeto.	1	1	1	1	1	3	Número de missões/unidades de monitoramento realizadas.	Relatórios de progresso do projeto			
	5.3 Realizar missões de monitoramento em âmbito nacional.											
	5.4 Realizar reuniões periódicas e eventos anuais de apresentação, avaliação e compartilhamento de experiências do projeto.	2	2	2	2	2	2					
	5.5 Estipular e capacitar equipe de análise gestor para atuação em âmbito nacional.											

Produtos Esperados	Atividades Indicativas	Avaliação qualitativa de serviços prestados pelo DFV-C&I sobre a transição de conhecimento relacionado ao projeto.	Habilitável	Boa	Ótima	Ótima	Ótima	Ótima	Ótima	Método de Coleta de dados	
											2019
Produto 6 - Estratégia e metodologia para implantação de Plataforma e piloto de Fundo Multi-Parceiros desenvolvível	6.1 Desenvolver processo metodológico e operacional para a plataforma multi-parceiros 6.2 Elaborar estratégia de comunicação e de mobilização de parceiros	Avaliação qualitativa de serviços prestados pelo DFV-C&I sobre a transição de conhecimento relacionado ao projeto.	0	1	0	1	0	1	0	Método de Coleta de dados	
		Estabelecer o sistema realizado Estratégia de Comunicação do programa desenvolvida	0	0	1	1	1	1	1	5	
		Indicadores de Produto*	METAS								
			Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	FINAL		
		Porcentual de desenvolvimento da proposta de plataforma multi-parceiros	N/A	25%	25%	50%	0	0	100%	Relatório de progresso do projeto/relatório de evolução	
		Número de mapeamentos de prospecção e estratégias realizadas	0	0	0	1	1	1	3		

Nota Técnica Metodológica: Documento de projeto BR418019, firmado entre o PNUD e a UI, na modalidade de Evolução Direta (DID), prevê a construção de Matriz de Resultados conforme metodologia padrão utilizada pelo PNUD, que consiste em: Indicadores e Metas relativamente aos produtos. A cultura dos "Atividades Indicativas" de respeito ao caminho a ser percorrido para que as metas sejam cumpridas, nos quadros, com elas, relação numérica direta.

United Nations Development Programme												
Main Sources of Funds: GOV												
Executing Agency: UNDP Brazil												
BRA*18019100112508001133090011310001133111 - Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Presonal e Socioseducativo (CNU)												
Subsidiative Revision nº 4 - June 08, 2023												
Output 112508 (CNU)												
Donor	Funding	Total	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Allocated	Unallocated	
13217	30071	22,470,599.95	-	1,557,225.28	1,787,555.94	2,264,207.85	4,208,740.67	7,138,709.97	-	2,538,954.23	2,955,203.03	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	
51035	BRA-ONU	1,123,530.00	-	77,861.41	89,377.80	113,210.39	210,437.03	356,935.50	-	127,947.71	147,760.15	
		23,594,129.95	-	1,635,086.69	1,876,933.74	2,377,418.24	4,419,177.70	7,495,645.47	-	2,666,901.94	3,102,963.18	
51035	C/S Total	22,470,599.95	-	1,557,225.28	1,787,555.94	2,264,207.85	4,208,740.67	7,138,709.97	-	2,538,954.23	2,955,203.03	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	
		1,123,530.00	-	77,861.41	89,377.80	113,210.39	210,437.03	356,935.50	-	127,947.71	147,760.15	
		23,594,129.95	-	1,635,086.69	1,876,933.74	2,377,418.24	4,419,177.70	7,495,645.47	-	2,666,901.94	3,102,963.18	
PO Migration Exchange Loss												
Output 113309 (EIKO 1)												
Donor	Funding	Total	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Allocated	Unallocated	
13217	30071	4,950,004.95	-	1,205,319.30	1,907,231.30	1,691,786.04	65,582.42	-	-	-	-	
				5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	-	
51035	BRA-ONU	247,500.25	-	60,265.56	99,301.57	84,989.30	3,279.12	-	-	-	-	
		5,197,505.20	-	1,265,585.26	2,006,592.87	1,776,375.34	68,861.54	-	-	-	-	
51035	C/S Total	4,950,004.95	-	1,205,319.30	1,987,231.30	1,691,786.04	65,582.42	90.19	-	-	-	
				5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	-	
		247,500.25	-	60,265.56	99,301.57	84,989.30	3,279.12	-	-	-	-	
		5,197,505.20	-	1,265,585.26	2,086,592.87	1,776,375.34	68,861.54	90.19	-	-	-	
PO Migration Exchange Loss												
Output 113310 (EIKO 4)												
Donor	Funding	Total	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Allocated	Unallocated	
13217	30071	8,662,508.67	-	2,336,319.74	1,474,252.00	1,393,690.53	2,341,166.31	1,116,577.28	-	-	-	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	
51035	BRA-ONU	433,125.43	-	116,815.59	73,712.80	69,684.53	117,058.42	55,828.86	-	-	-	
		9,095,634.10	-	2,453,135.73	1,547,964.60	1,463,375.06	2,458,226.73	1,172,406.14	-	-	-	
51035	C/S Total	8,662,508.67	-	2,336,376.19	1,474,252.00	1,393,650.53	2,341,168.31	1,116,577.28	-	-	-	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	
		433,125.43	-	116,828.81	73,712.60	69,684.53	117,058.42	55,828.86	-	-	-	
		9,095,634.10	-	2,453,135.73	1,547,964.60	1,463,375.06	2,458,226.73	1,172,406.14	-	-	-	
PO Migration Exchange Loss												
Output 113311 (ATIVIDADE 4.6)												
Donor	Funding	Total	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Allocated	Unallocated	
13217	30071	8,662,508.67	-	416,822.12	456,960.19	3,923,758.17	1,571,442.30	1,893,913.36	-	-	-	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	
51035	BRA-ONU	433,125.43	-	20,846.11	22,649.01	196,157.91	98,572.12	94,695.67	-	-	-	
		9,095,634.10	-	437,768.23	479,608.19	4,119,316.08	2,070,014.42	1,988,609.03	-	-	-	
51035	C/S Total	8,662,508.67	-	416,922.12	456,960.18	3,923,758.17	1,571,442.30	1,893,913.36	-	-	-	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	
		433,125.43	-	20,846.11	22,649.01	196,157.91	98,572.12	94,695.67	-	-	-	
		9,095,634.10	-	437,768.23	479,608.19	4,119,316.08	2,070,014.42	1,988,609.03	-	-	-	
PO Migration Exchange Loss												
Output 113311 (ATIVIDADE 4.6)												
Donor	Funding	Total	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Allocated	Unallocated	
13217	30071	46,962,903.35	-	6,791,578.91	5,991,299.40	9,736,484.72	9,916,280.39	10,657,394.82	-	2,666,901.94	3,102,963.18	
				5.00	5.00	5.00	5.00	5.00	-	-	-	
51035	BRA-ONU	433,125.43	-	20,846.11	22,649.01	196,157.91	98,572.12	94,695.67	-	-	-	
		46,962,903.35	-	6,791,578.91	5,991,299.40	9,736,484.72	9,916,280.39	10,657,394.82	-	2,666,901.94	3,102,963.18	

DS
929

UNDP					
C/S Schedule of Payments					
Project:		BRA/18/019 (00114502-00112506/00113306/00113316/00113316 - CNJ (Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema) Prisional e Socioeducativo)			
Award Project Numbers:		00112506/00113306/00113316/00113316			
Continuum Outputs Numbers:		00112506/00113306/00113316/00113316			
Main Source of Funds:		COV-CMJ			
Executing Agency:		UNDP			
Budget Currency:		USD			
Output 112508 (CAJI)					
Donor	Year	Date	Budgeted Amount	Scheduled Amount	Balance
Fund/Donor 3007113217	2018	18/12/2018	0.00	3,316,010.27	6,215,710.27
				3,316,010.27	
	2019	31/12/2019	1,635,588.65	4,720,723.28	-10,701,645.68
				4,720,723.28	
	2020	31/12/2020	1,875,539.74	0.00	-6,824,207.12
				0.00	
	2021	30/09/2021			785,348.18
		30/12/2021			1,602,964.10
		30/12/2021			3,723,368.47
	2022	30/12/2022	2,377,418.24	3,625,045.29	-12,052,334.87
	2023	30/12/2023	4,419,177.70	2,548,281.25	-10,502,547.65
	2024	31/07/2024	7,495,646.47	3,122,963.18	-5,392,683.12
2024	Unallocated		3,102,583.13		
	AWP		25,481,165.77		
Grand Total			23,594,129.95	23,594,129.95	0.00
Output 113109 (EIMO 1)					
Donor	Year	Date	Budgeted Amount	Scheduled Amount	Balance
Fund/Donor 3007113217	2018	18/12/2018	0.00	3,197,505.20	-5,187,505.20
				3,197,505.20	
	2019	31/12/2019	1,265,516.26	0.00	-1,921,919.54
				0.00	
	2020	31/12/2020	2,086,522.87	0.00	-1,545,327.27
				0.00	
	2021	31/12/2021	1,776,376.94	0.00	-48,961.73
				0.00	
	2022			80,851.56	0.00
				80.18	0.00
PO Migration Exchange Loss			97.18		
Grand Total			5,197,525.20	5,197,525.20	0.00
Output 113110 (EIMO 4)					
Donor	Year	Date	Budgeted Amount	Scheduled Amount	Balance
Fund/Donor 3007113217	2018	21/12/2018	0.00	9,025,634.10	-9,025,634.10
				9,025,634.10	
	2019	31/12/2019	2,491,125.73	0.00	-4,942,468.17
				0.00	
	2020	31/12/2020	1,547,954.88	0.00	-5,294,533.77
				0.00	
	2021	31/12/2021	1,463,375.06	0.00	-3,631,158.71
				0.00	
	2022	31/12/2022	2,458,228.73	0.00	-1,172,814.98
				0.00	
2023	31/07/2023	1,179,376.14	0.00	-591.91	
PO Migration Exchange Loss			528.84	0.00	
Grand Total			3,295,634.10	9,025,634.10	0.00
Output 113311 (ATVIDADE 4.6)					
Donor	Year	Date	Budgeted Amount	Scheduled Amount	Balance
Fund/Donor 3007113217	2018	28/12/2018	0.00	9,025,634.10	-9,025,634.10
				9,025,634.10	
	2019	31/12/2019	437,258.21	0.00	-8,637,695.87
				0.00	
	2020	31/12/2020	479,808.14	0.00	-8,178,067.88
				0.00	
	2021	31/12/2021	4,139,315.06	0.00	-4,018,761.80
				0.00	
	2022	31/12/2022	2,670,014.42	0.00	-1,988,727.18
				0.00	
2023	31/07/2023	1,988,605.03	0.00	-118.14	
PO Migration Exchange Loss			114.75	0.00	
Grand Total			9,025,634.10	9,025,634.10	0.00
Grand Total			46,882,863.95	46,882,863.25	

DS
919

DocuSign Envelope ID: B70C0754-473F-416A-81E7-9372296DFE3E

DocuSign Envelope ID: 4AA95E03-2EA9-4CA0-82F1-7D303A3548BE



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ofício nº 09025.000977/2023-18

Brasília, 05 de junho de 2023

De: ABC (Agência Brasileira de Cooperação)

Para: DIVBRAS (Diversos Brasil)

Destinatário:

À Senhora
Katyna Argueta
Representante Residente do PNUD no Brasil

Senhora Representante,

Informo Vossa Senhoria que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) submeteu à análise desta Agência proposta de Revisão Substantiva do projeto BRA/18/019 "Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo", implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2. A esse propósito, informo que a área técnica desta Agência analisou o referido documento e concluiu pela sua adequação aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis aos programas de cooperação técnica internacional do Brasil.

3. À luz do que precede, muito agradeceria as providências no tocante à preparação dos originais do documento de revisão para assinatura.

Atenciosamente,

Ruy Carlos Pereira

Este documento poder ser certificado através do endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=c0299d204a4554d7c23fba313b49eb216aafdb5d>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: abc@itamaraty.gov.br

DocuSign Envelope ID: 4AA95E03-2EA9-4CA0-82F1-7D303A3648BE

Embaixador
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação
Ministério das Relações Exteriores

Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Fernandes de Medeiros**, em 05/06/2023, às 12:58

Este documento poder ser certificado através do endereço:
<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=c0299d204a4554d7e23fba313b49eb216aafdb5d>
Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: abc@itamaraty.gov.br

Destinatários deste Ofício

DIVBRAS (Diversos Brasil) registry.br@undp.org

Este documento poder ser certificado através do endereço:

<https://certificador.itamaraty.gov.br/validador?hash=c0299d204a4554d7c23fba313b49eb216aafdb5d>

Para responder esta mensagem, favor enviar e-mail para o endereço: abc@itamaraty.gov.br

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



*Empowered lives.
Resilient nations.*

Brasília, 7 de junho de 2023.

Ref.: P/0487/23/MF- GLG-mpas
Arquivo: P (BRA/18/019/PRODOC)

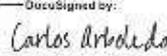
Senhor Diretor,

Assunto: Projeto BRA/18/019 – Encaminha documento de Revisão Substantiva nº 4 para assinatura.

Cumprimento Vossa Excelência e faço referência ao Ofício nº 09025.000977/2023-18 da Agência Brasileira de Cooperação, de 05 de junho de 2023, que autoriza a assinatura da Revisão Substantiva nº 4 do projeto BRA/18/019 - Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo (Fazendo Justiça).

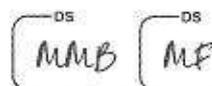
Dessa forma, encaminho as vias digitais do documento Revisão Substantiva nº 4 para as devidas assinaturas. Após a chancela deste Conselho, pedimos a gentileza de encaminhar as vias para a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE.

Receba, na ocasião, meus sinceros votos de elevada estima e distinta consideração.

DocuSigned by:

Carlos Arbóleda

Representante Residente Adjunto do PNUD no Brasil

A Sua Excelência o Senhor
Johannes Eck
Diretor
Conselho Nacional de Justiça
SAF Sul Q. 2 Lotes 5/6 – Edifício Premium
CEP: 70070-600 – Brasília – DF



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4AA95E032EA94CA082F17D303A3548BE

Status: Concluído

Assunto: Complete with DocuSign: 2.Revisao 4_ 18.05.docx, 3. Anexo I - Matriz de Resultados.pdf, 4. Anex...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 120

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 3

Mayara Priscilla Alves de Sena

Assinatura guiada: Ativado

One United Nations Plaza

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

New York, NY 10017

Fuso horário: (UTC+10:00) Guam, Port Moresby

mayara.sena@undp.org

Endereço IP: 179.214.24.17

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Mayara Priscilla Alves de Sena

Local: DocuSign

10 de junho de 2023 | 01:50

mayara.sena@undp.org

Eventos do signatário

Gehysa Lago Garcia

gehysa.garcia@undp.org

Project Manager

UNDP Brazil

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 191.176.137.165

Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 10 de junho de 2023 | 02:03

Visualizado: 10 de junho de 2023 | 02:07

Assinado: 10 de junho de 2023 | 03:05

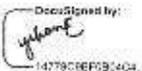
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Johanness Eck

johanness@cnj.jus.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)



Enviado: 10 de junho de 2023 | 03:06

Visualizado: 10 de junho de 2023 | 03:06

Assinado: 10 de junho de 2023 | 03:07

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 201.49.153.254

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 10 de julho de 2021 | 07:20

ID: 04778227-1ddb-4db3-80a6-8c5149cc026f

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data**

João Lima

joao.lima@cnj.jus.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Visualizado

Enviado: 10 de junho de 2023 | 03:05

Visualizado: 10 de junho de 2023 | 03:06

Usando endereço IP: 201.49.152.254

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 10 de junho de 2023 | 03:06

ID: e0ff85d4-94f6-440f-b9a1-f9942718fc6d

Eventos de cópia**Status****Registro de hora e data**

Eventos de cópia

Renata Laurino

renata.laurino@cnj.jus.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 21 de maio de 2021 | 04:27

ID: 63e39cac-02ff-4b9a-b3ec-8eec3373b4c4

Status**Copiado****Registro de hora e data**

Enviado: 10 de junho de 2023 | 03:06

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptografado

10 de junho de 2023 | 02:03

Entrega certificada

Segurança verificada

10 de junho de 2023 | 03:06

Assinatura concluída

Segurança verificada

10 de junho de 2023 | 03:07

Concluído

Segurança verificada

10 de junho de 2023 | 03:07

Eventos de pagamento**Status****Carimbo de data/hora****Termos de Assinatura e Registro Eletrônico**

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 11 de agosto de 2020 | 06:10

Partes concordam em: Johanness Eck, João Lima, Renata Laurino

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, United Nations Development Program (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact United Nations Development Program:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: olivier.simah@undp.org

To advise United Nations Development Program of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at olivier.simah@undp.org and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from United Nations Development Program

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to olivier.simah@undp.org and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with United Nations Development Program

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to olivier.simah@undp.org and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify United Nations Development Program as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by United Nations Development Program during the course of your relationship with United Nations Development Program.

